

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SANDRO DO NASCIMENTO TARGINO FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO PODER ANFÍBIO BRASILEIRO PARA A PROJEÇÃO DE
SEGURANÇA E ESTABILIDADE EM DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO
ESSEQUIBO**

Niterói
2025

SANDRO DO NASCIMENTO TARGINO FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO PODER ANFÍBIO BRASILEIRO PARA A PROJEÇÃO DE
SEGURANÇA E ESTABILIDADE EM DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO
ESSEQUIBO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para a conclusão do MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos

Coorientador: Prof. Me. Carlos Lucas Bambozzi

Niterói
2025

**Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão do MBA em Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

Título do Trabalho: Contribuições do Poder Anfíbio brasileiro para a projeção de segurança e estabilidade em disputas territoriais na região do Essequibo

Aluno: Sandro do Nascimento Targino Ferreira

AVALIADORES

Professor Dr. Nome do Orientador (Avaliador 01)

Professor Dr. Eduardo Heleno (Avaliador 02)

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

AGRADECIMENTOS

Minha mais profunda gratidão se eleva, primeiramente, a Deus, por ter guiado meus passos e me concedido a força e a resiliência necessárias para a conclusão de mais esta significativa etapa de minha jornada acadêmica e pessoal.

Este percurso, por vezes desafiador, foi indubitavelmente sustentado pelo amor, pela compreensão e pelo suporte inestimável de minha família. A cada incentivo e gesto de carinho, encontrei o refúgio e a energia para persistir e superar os obstáculos, transformando o desafio em uma experiência enriquecedora.

Ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, instituição que me proporcionou a honrosa oportunidade de aprofundar meus conhecimentos e vivenciar uma pós-graduação de excelência e à Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio de seu Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) aproveito para expressar minha gratidão pela experiência acadêmica que me permitiu aprofundar os conhecimentos em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos, sendo esta base essencial para a realização deste trabalho..

A materialização deste trabalho é, em grande parte, fruto da inestimável orientação e dedicação do Professor Doutor Eduardo Heleno de Jesus Santos e do Professor Mestre Carlos Lucas mambos. A paciência exemplar, a disponibilidade irrestrita, o conhecimento profundo e o acompanhamento preciso foram pilares fundamentais que guiaram a construção deste Trabalho, e por isso, sou imensamente grato.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este feito, o meu mais respeitoso e caloroso obrigado.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa as contribuições do Poder Anfíbio Brasileiro para a projeção de segurança e estabilidade no contexto das disputas territoriais na região do Essequibo. Parte-se do pressuposto de que a crise entre a Guiana e a Venezuela representa um desafio direto à estabilidade regional e um teste à capacidade do Brasil de exercer liderança e garantir a inviolabilidade de suas fronteiras amazônicas. A pesquisa examina como o Corpo de Fuzileiros Navais, por meio do emprego do Poder Anfíbio, integra a estratégia de dissuasão nacional, atuando como vetor de projeção de poder e instrumento diplomático-militar. O estudo combina análise documental, doutrinária e geopolítica, abordando também a inserção do Poder Naval nas políticas de defesa e nas operações interagências recentes. Conclui-se que o Poder Anfíbio, pela sua flexibilidade e caráter expedicionário, contribui não apenas para a defesa do território, mas também para a consolidação da imagem do Brasil como provedor de segurança cooperativa e estabilidade no Atlântico Sul e na Amazônia.

Palavras-chave: Poder Marítimo; Poder Anfíbio; Dissuasão; Marinha do Brasil; Corpo de Fuzileiros Navais; Essequibo; Segurança Regional; Estudos Estratégicos, Relações Internacionais.

ABSTRACT

This paper analyzes the contributions of the Brazilian Amphibious Power to the projection of security and stability in the territorial disputes of the Essequibo region. It assumes that the crisis between Guyana and Venezuela poses a direct challenge to regional stability and tests Brazil's capacity to exercise leadership and ensure the inviolability of its Amazonian borders. The research examines how the Brazilian Marine Corps, through the employment of Amphibious Power, integrates national deterrence strategy, acting as both an instrument of power projection and diplomatic influence. The study combines documentary, doctrinal, and geopolitical analysis, while also addressing the role of the Navy in defense policies and recent interagency operations. The findings indicate that Amphibious Power, due to its flexibility and expeditionary nature, strengthens Brazil's ability to safeguard its territory and reinforces its position as a regional provider of cooperative security and stability in the South Atlantic and the Amazon.

Keywords: Maritime Power; Amphibious Power; Deterrence; Brazilian Navy; Brazilian Marine Corps; Essequibo; Regional Security; Strategic Studies; International Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Posição geográfica de Essequibo	17
Figura 2 – Descobertas de petróleo e gás por país e ano (2022 e 2023)	19
Figura 3 – Mapa da Guiana Britânica (1964)	23
Figura 4 – Avanços das linhas de Schomburgk 1835 -1897	25
Figura 5 – Desembarque de Fuzileiros Navais por meio de CLANF	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Meios da Marinha do Brasil e suas Finalidades

50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BtlOpRib	Batalhão de Operações Ribeirinhas
CARICOM	Comunidade do Caribe
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CIJ	Corte Internacional de Justiça
DivAnf	Divisão Anfíbia
EMA	Estado-Maior da Armada
END	Estratégia Nacional de Defesa
FANB	Forças Armadas Nacionais Bolivarianas
FFE	Força de Fuzileiros da Esquadra
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GptOpFuzNav	Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais
MB	Marinha do Brasil
NAM	Navio-Aeródromo Multipropósito
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OpAnf	Operação Anfíbia
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PND	Política Nacional de Defesa
PrjçAnf	Projeção Anfíbia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM BARRIL DE PÓLVORA SOBRE UMA BACIA DE PETRÓLEO	15
2.1 Aspectos Geográficos da Região do Essequibo	15
2.1.1 Localização estratégica e características físicas	17
2.1.2 Recursos naturais e biodiversidade	19
2.1.3 Proximidade com o Brasil e o eixo amazônico	20
2.2 Panorama Histórico da Região	21
2.2.1 A ocupação colonial da área	22
2.2.2 Formação das fronteiras na América do Sul Setentrional	24
2.2.3 A Questão do Pirara e o papel do Brasil no passado	26
2.3 A Perspectiva Brasileira na Questão do Essequibo	27
2.3.1 A Geopolítica da Amazônia no Pensamento Estratégico Brasileiro	27
2.3.2 Princípios da política externa brasileira frente a litígios regionais	30
2.3.3 Riscos geopolíticos na fronteira norte	31
2.3.4 Cooperação regional e defesa da estabilidade	31
3 A DISPUTA TERRITORIAL: INGLATERRA, VENEZUELA E GUIANA	32
3.1 Origens e Primeiras Controvérsias	33
3.1.1 A rivalidade entre Reino Unido e Venezuela no século XIX	33
3.1.2 Acordos e impasses até o Laudo Arbitral de 1899	34
3.1.3 Reações venezuelanas e a contestação do laudo	36
3.2 O Acordo de Genebra (1966) e os Caminhos Diplomáticos	37
3.2.1 Transição da Guiana Britânica para a independência	37
3.2.2 Termos e implicações do Acordo de Genebra	37
3.2.3 Papel da ONU e da Corte Internacional de Justiça (CIJ)	38
3.3 Desdobramentos Recentes e a Postura das Partes	40
3.3.1 Argumentações jurídicas de cada Estado	40
3.3.2 Estratégias diplomáticas e o uso da mídia internacional	41

3.3.3 Referendos e tensões políticas internas	41
4 O ACIRRAMENTO DA DISPUTA E O PODER ANFÍBIO Brasileiro COMO FERRAMENTA DE DISSUAÇÃO	42
4.1 A Descoberta de Petróleo e o Recrudescimento das Tensões	43
4.1.1 Concessões de exploração pela Guiana a empresas estrangeiras	44
4.1.2 A reação venezuelana e o risco de conflito armado	45
4.1.3 Impactos sobre a segurança regional e preocupações do Brasil	46
4.2 Doutrina e Capacidades do Poder Anfíbio no Brasil	47
4.2.1 Os Combatentes Anfíbios da Marinha do Brasil	48
4.2.2 Meios navais, mobilidade estratégica e projeção de poder	50
4.2.3 Capacitação em ambientes de selva e litoral amazônico	54
4.3 Inserção do CFN na Estratégia Nacional de Defesa	55
4.3.1 O papel do CFN como instrumento dissuasório brasileiro	56
4.3.2 Projeção de Poder e Operações Militares	56
4.3.3 A presença militar como instrumento de estabilidade regional	58
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

A América do Sul tem uma longa e valiosa tradição de ser uma zona de paz, um conceito que vai além da simples ausência de guerras e se ancora em uma construção diplomática e estratégica complexa. Essa paz, consolidada ao longo de décadas e que tem como um de seus maiores símbolos o fim da rivalidade nuclear entre Brasil e Argentina (Medeiros, 2024, p. 25), é hoje colocada à prova por uma antiga ferida reaberta na fronteira norte do Brasil.

A disputa centenária entre a Venezuela e a Guiana pela posse da região do Essequibo escalou de uma contenda jurídica adormecida para um dos mais sérios focos de instabilidade do continente sul-americano. O gatilho para essa transformação foi a descoberta, a partir de 2015, de imensas reservas de petróleo e gás no mar territorial da Guiana, estimadas em mais de 11 bilhões de barris (ExxonMobil, 2023). De uma hora para outra, a briga por mapas antigos e direitos históricos se converteu em uma disputa acirrada por uma riqueza de relevância energética global. Conforme resumem Motta e Menon (2024, p. 100), a disputa agora enfatiza "o papel do petróleo como fator chave na tensão [...], atraindo também o interesse de potências extrarregionais e de grandes empresas transnacionais de petróleo".

Para o Brasil, a situação é de alerta máximo. Um conflito armado na nossa vizinhança representa uma ameaça, com potencial para desencadear uma crise humanitária de refugiados, fortalecer o crime organizado transnacional e, talvez o mais grave, legitimar uma presença militar indesejada de potências de fora da região, um risco à segurança da Amazônia e à integridade do nosso *Entorno Estratégico*¹.

Diante de um cenário tão complexo e volátil, o Brasil é chamado a empregar seus instrumentos de poder de forma inteligente e calculada, não apenas para proteger seus interesses, mas para atuar como um pilar de estabilidade. As ferramentas mais evidentes, a diplomacia do Itamaraty e a presença do Exército Brasileiro na fronteira, são cruciais, mas não são as únicas. Existe um outro vetor estratégico, uma capacidade militar específica que se mostra particularmente adequada para os desafios da região, mas que poucas vezes é lembrada nas análises sobre a crise: o Poder Anfíbio, que é a capacidade de projetar força militar a partir do mar sobre um litoral ou uma área ribeirinha. No Brasil, essa capacidade é materializada pelo

¹ *Entorno Estratégico* definido pela Política Nacional de Defesa (PND) para delimitar a área geográfica de interesse prioritário para a segurança do Brasil. Ele abrange a América do Sul, o Atlântico Sul - incluindo seu litoral, ilhas e as projeções brasileiras na Antártida - e a costa ocidental da África, com destaque para os Países de Língua Portuguesa. Nessa região, o Brasil busca atuar como um agente de estabilidade, cooperar com os parceiros e dissuadir ameaças aos seus interesses nacionais (Brasil, 2020).

Corpo de Fuzileiros Navais, uma tropa de elite e parte indissociável da Marinha do Brasil, de prontidão permanente e especializada em operações complexas (Marinha do Brasil, 2023, p. 14,15).

A expertise dos Fuzileiros Navais em se mover do mar para a terra, a partir de vetores e como parte da Marinha, e de lá operar em ambientes de selva e rios como os da Amazônia, confere ao Estado brasileiro uma ferramenta de dissuasão e de resposta a crises que é ao mesmo tempo flexível, cirúrgica e estratégica. É a partir dessa constatação que este trabalho se debruça sobre o seguinte problema de pesquisa: De que maneira o Poder Anfíbio do Brasil, e mais especificamente, as capacidades do Corpo de Fuzileiros Navais, como parcela da Marinha do Brasil, podem ser empregadas como um instrumento de dissuasão para ajudar a manter a segurança e a estabilidade na crise do Essequibo?

A importância de se pesquisar este tema está em olhar para além das soluções mais óbvias e entender a gama de ferramentas que o Brasil possui. A instabilidade na fronteira norte pode não se manifestar como uma guerra, mas sim através de "zonas cinzentas"²: crises localizadas, a tomada de controle de rios navegáveis que são vitais para a região, ameaças a cidadãos brasileiros ou a necessidade de uma intervenção rápida para evitar um mal maior.

Como argumenta Proença (2018, p. 83), a expressão militar do poder de um Estado não se mede apenas pela sua capacidade de vencer uma guerra convencional, mas também pela sua habilidade de empregar a força de forma limitada e controlada para alcançar objetivos políticos. Nesses cenários, a agilidade, a autossuficiência logística e a especialização dos Fuzileiros Navais da Marinha se tornam um recurso de valor inestimável.

Esta pesquisa, portanto, busca preencher um espaço pouco explorado nos estudos sobre o tema, analisando a aplicação prática de um componente único do Poder Naval brasileiro a um dos problemas de defesa mais concretos que o país enfrenta hoje, oferecendo uma nova perspectiva sobre a gestão de crises no entorno estratégico.

Para responder à pergunta central, o objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições do Poder Anfíbio brasileiro como ferramenta de dissuasão e projeção de estabilidade na crise do Essequibo. Para alcançar este objetivo maior, o percurso da pesquisa foi dividido em três objetivos específicos. Primeiro, será preciso entender a fundo a região em

² O termo *zona cinzenta* (do inglês *gray zone*) descreve o espaço de conflito entre a paz e a guerra, onde os Estados buscam alcançar seus objetivos estratégicos por meio de ações coercitivas e agressivas que permanecem abaixo do limiar de um conflito militar convencional. Essas ações são deliberadamente ambíguas e incluem táticas como a guerra por procuração, o uso de forças paramilitares, a coerção econômica, a desinformação e as provocações cibernéticas. O objetivo é desafiar o status quo e desgastar um adversário sem cruzar a linha que provocaria uma resposta militar direta (Brands, 2016).

disputa, detalhando sua geografia, sua história e, principalmente, por que um conflito ali afeta de maneira tão direta os interesses e a segurança do Brasil.

Segundo, será necessário mergulhar na história do conflito em si, desde o controverso Laudo Arbitral de 1899 até as recentes manobras diplomáticas e jurídicas, para compreender o que realmente motiva cada um dos lados.

E terceiro, o trabalho irá se debruçar sobre o ponto principal da pesquisa: analisar em detalhes as capacidades e a doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais, investigando como sua aplicação, alinhada com os documentos estratégicos da Marinha e do Ministério da Defesa, pode de fato se traduzir em uma força de dissuasão crível e eficaz para a paz regional.

A metodologia adotada para conduzir esta investigação é o estudo de caso, estruturado sob uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e explicativo. O recorte analítico centra-se na crise do Essequibo para examinar a aplicação do Poder Anfíbio Brasileiro como variável estratégica de dissuasão. A construção deste caso fundamenta-se na análise de múltiplas fontes de evidência, articulando pesquisa documental e revisão bibliográfica. As fontes primárias, que constituem a base para a análise da capacidade militar dentro do caso estudado, incluem a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040) e, também, a Doutrina de Operações Anfíbias da Marinha (EMA-301). Já as fontes secundárias, essenciais para reconstruir o contexto histórico e geopolítico do caso, englobam uma ampla gama de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações nas áreas de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Geopolítica e História, buscando sempre colocar em diálogo as análises de autores clássicos da estratégia com as dos pesquisadores que se dedicam hoje a entender a complexa realidade sul-americana.

Para organizar o raciocínio, o trabalho foi dividido em três capítulos que se conectam de forma lógica. O primeiro capítulo realizou uma análise detalhada da região do Essequibo, tratando-a como um verdadeiro palco estratégico, dissecando sua geografia, seu histórico de ocupação e os interesses permanentes do Brasil naquela área.

O segundo capítulo, que se inicia a seguir, aprofundará a disputa territorial em si, explicando como ela começou, quais foram seus momentos mais críticos e como as recentes descobertas de petróleo e as manobras políticas de Venezuela e Guiana levaram a crise ao ponto em que se encontra hoje.

Finalmente, o terceiro e último capítulo fará a conexão entre a ameaça e a resposta, detalhando as capacidades do Poder Anfíbio brasileiro e argumentando como o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, por sua natureza e preparo, representa um instrumento

fundamental de poder à disposição do Estado brasileiro para garantir a estabilidade em sua fronteira norte.

2. UM BARRIL DE PÓLVORA SOBRE UMA BACIA DE PETRÓLEO

No cenário sul-americano, a região do Essequibo representa a imagem precisa de um barril de pólvora com um pavio antigo, agora posicionado sobre uma imensa e recém-descoberta bacia de petróleo. A pólvora é a disputa territorial em si, uma herança colonial de fronteiras mal definidas que tensiona as relações entre Venezuela e Guiana há mais de um século. O petróleo, por sua vez, funciona como o catalisador moderno, o elemento que acendeu o interesse internacional e transformou uma contenda histórica em uma ameaça concreta à estabilidade regional e, consequentemente, à segurança do Brasil.

Para compreender como se chegou a este ponto de alta periculosidade, onde as manobras diplomáticas e as ameaças militares se confundem, este capítulo se propõe a desvendar as camadas que formam esta crise. A análise seguirá uma trilha lógica, partindo da geografia, que é a base física que confere valor ao território, para em seguida realizar uma imersão na complexa trajetória histórica da disputa. Por fim, o capítulo se debruçará sobre a perspectiva brasileira, examinando como este cenário de instabilidade em sua fronteira norte desafia sua política externa e o compele a se posicionar como um ator fundamental na defesa da paz no continente.

2.1 Aspectos Geográficos da Região do Essequibo

Para entender a disputa por Essequibo, primeiro precisamos olhar para a sua geografia. Nos Estudos Estratégicos, a geografia não é apenas um fator de igual medida, ela redefine, na maioria das vezes, todas as variáveis que possam estar em jogo. Onde um lugar está localizado, como é seu relevo e quais recursos ele possui são fatores que influenciam diretamente as decisões dos países.

A geografia é o elemento mais importante da política externa de um país, porque ela é determinante e não pode ser facilmente modificada (Gallup, 2007, p.17). No caso de Essequibo, suas características geográficas é a principal razão pela qual a região é tão desejada e palco de tantos interesses. Ela pode ser considerada como uma espécie de *área-pivô*³ na América do Sul,

³ *Área-pivô* é um conceito geopolítico que designa regiões cuja posição geográfica estratégica confere papel central na projeção de poder e no controle das dinâmicas regionais e globais. enfatiza o controle das regiões periféricas -

um ponto estratégico, de onde é possível afetar a segurança da Bacia Amazônica e o acesso ao Oceano Atlântico, dependendo de quem o controla (da Costa, 2019, p. 27, 28).

A percepção estratégica do Brasil sobre seu território sempre se preocupou com a estabilidade da vasta e complexa ligação entre a Amazônia e o Caribe, como traz Meira Mattos (1975, p. 176-186) e Proença (2018, p. 74-83), sobre uma geopolítica, na qual o Brasil deve ser o eixo da estratégia regional, por sua extensão e posição, sempre se preocuparam com a estabilidade dessa ligação entre a Amazônia e o Caribe, entendiam ser fundamental manter o controle das conexões territoriais e marítimas, em especial a relação entre a Amazônia interior e o litoral para evitar a entrada de influências estrangeiras indesejadas no território brasileiro. Olhar Essequibo no mapa, conforme ilustrado na Figura 1, é o primeiro passo para entender a importância da região para a segurança do Brasil e de seu entorno.

verdadeiras áreas-pivô de acesso e contenção - é determinante para o domínio político e estratégico. Cf. SPYKMAN, Nicholas J. *The Geography of the Peace*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.

Figura 1 – Posição geográfica de Essequibo

Essequibo, a região em disputa por Guiana e Venezuela



Fonte: BBC Brasil.

2.1.1 Localização estratégica e características físicas

A região que a Venezuela chama de Guayana Esequiba tem quase 160 mil quilômetros quadrados, o que equivale a dois terços de todo o território da Guiana. Essa área funciona como uma barreira natural, mas também como uma ponte entre a Bacia Amazônica e o Mar do Caribe.

Sua localização é extremamente importante, pois ela dá à Guiana uma longa saída para o Oceano Atlântico. Essa costa liga o país às ilhas do Caribe, às principais rotas comerciais e ao Canal do Panamá, um ponto vital para o comércio mundial.

Se a Venezuela conseguisse incorporar Essequibo, seu próprio mapa e seu acesso ao mar mudariam completamente. O país ganharia centenas de quilômetros de litoral, avançando para leste e alterando o equilíbrio de poder naval no Caribe. Além disso, sua Zona Econômica Exclusiva cresceria de forma impressionante, cobrindo justamente as áreas onde as novas e gigantescas reservas de petróleo foram encontradas.

Essa busca por uma saída melhor e maior para o mar é um velho motor na política entre os países, como o estrategista naval Alfred Thayer Mahan (1890, p. 29-42) já explicava ao falar sobre a importância do poder marítimo na história, segundo ele, o principal fator a determinar a influência marítima de uma nação é sua posição geográfica. Ele esclarece, contudo, que essa posição deve ser entendida não apenas em termos de coordenadas, mas principalmente por sua localização estratégica em relação a outros países e pela sua proximidade com as mais importantes rotas comerciais do mundo.

O relevo de Essequibo também tem um papel estratégico. Perto do mar, uma faixa de planícies concentra a maior parte da população e da economia da Guiana. Mais para o interior, o terreno sobe e se transforma em um grande planalto coberto por uma floresta tropical densa, quase impenetrável, que faz parte do *Escudo das Guianas*⁴. Na fronteira com o Brasil e a Venezuela, ficam as terras altas, como o famoso Monte Roraima. Essa geografia cheia de rios grandes, pântanos e selva fechada sempre dificultou a vida de quem tentou ocupar e controlar a região.

Do ponto de vista militar, esse mesmo terreno cria enormes desafios para um exército convencional. Qualquer ataque ou invasão se torna uma operação caríssima e de resultado duvidoso, pois a geografia não favorece movimentos de pessoal, materiais e equipamentos. As dificuldades de se mover e operar em um terreno como Essequibo não é um cenário neutro, mas um multiplicador de dificuldades e incertezas, que demandaria gastar uma quantidade monumental de energia e recursos não apenas para combater, mas para lutar contra a própria geografia, o que torna qualquer avanço lento, perigoso e logisticamente exaustivo, confirmando

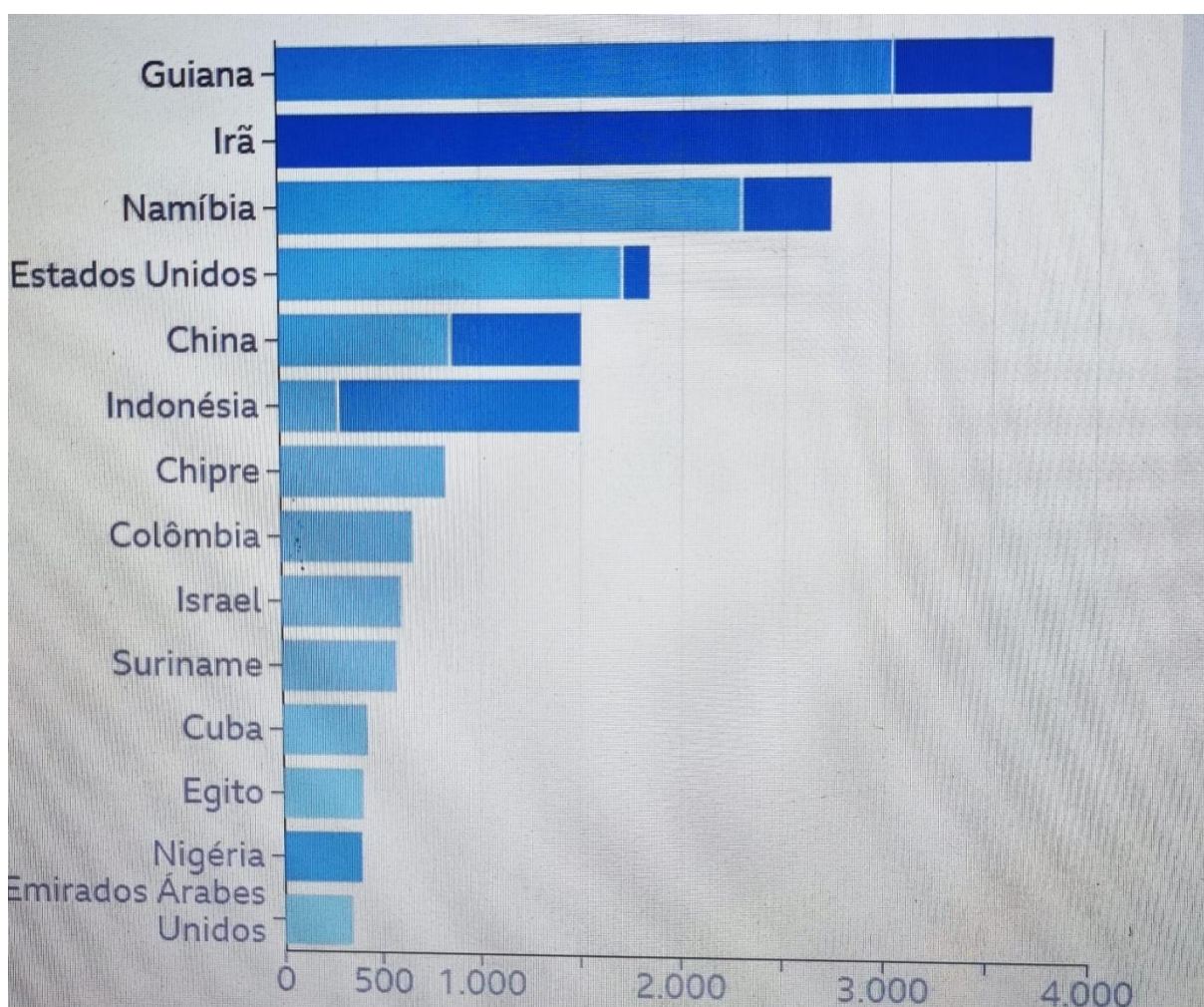
⁴ O *Escudo das Guianas* é uma das mais antigas formações geológicas do planeta, datando do período Pré-Cambriano (entre 1,7 e 2,5 bilhões de anos). Abrange a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e partes do norte do Brasil (Amapá e Roraima), da Venezuela e da Colômbia. É caracterizado por sua topografia única, com destaque para os planaltos e as montanhas de topo achatado (cujo exemplo mais famoso é o Monte Roraima), e por abrigar uma imensa biodiversidade e vastas reservas de recursos minerais como ouro, diamantes e bauxita (Tassinari; Macambira, 2004).

a tese de que a força de um ataque diminui à medida que ele penetra em território hostil (Clausewitz, 2007, p. 119, 131-132, 157-158, 207, 277).

2.1.2 Recursos naturais e biodiversidade

Se a localização de Essequibo já é importante, são suas riquezas que realmente acirram a disputa hoje em dia. A região é um exemplo perfeito da chamada geopolítica dos recursos naturais, em que a ânsia por matérias-primas acaba se misturando com antigas disputas de fronteira. Essequibo sempre foi conhecido por ter ouro, diamantes e bauxita, mas a situação mudou completamente a partir de 2015, com a descoberta de imensas reservas de petróleo e gás no fundo do mar. As empresas que atuam na área, como a ExxonMobil, já falam em mais de 11 bilhões de barris de petróleo (ExxonMobil, 2023). Esse volume transformou a Guiana, um país de menos de um milhão de habitantes, em uma futura potência energética mundial.

Figura 2 – Descobertas de petróleo e gás por país e ano (2022 e 2023)



Fonte: BBC Brasil.

Essa riqueza repentina, no entanto, traz o risco do que se chama de maldição dos recursos, países que descobrem muito petróleo, por exemplo, muitas vezes acabam com mais instabilidade política e corrupção, em vez de desenvolvimento. Essa riqueza toda não só pode criar problemas internos na Guiana, como também atrai e aumenta o interesse de outros países (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 133-140). Para a Venezuela, que viu sua própria produção de petróleo desmoronar por problemas de gestão e sanções internacionais (Lemos Silva, 2020), controlar as reservas de Essequibo é visto até como uma questão de sobrevivência econômica e uma chance de voltar a ser um ator geopolítico relevante. Essequibo está no centro de dois dos maiores debates do nosso tempo: a busca por energia e a necessidade de preservar o meio ambiente.

Além de toda essa riqueza mineral, a região tem uma das maiores biodiversidades do planeta. Suas florestas são um patrimônio ambiental de valor incalculável, importante para o clima e com potencial para a bioeconomia.

2.1.3 Proximidade com o Brasil e o eixo amazônico

A fronteira do Brasil com a região de Essequibo se estende por centenas de quilômetros em Roraima, uma área que sempre foi vista como sensível para a soberania brasileira.

As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes. (Lemos Silva, 2020e, p.14)

É uma das áreas mais sensíveis do nosso território. Por isso, qualquer instabilidade em Essequibo não é um problema distante; é uma ameaça que bate diretamente à nossa porta. Os riscos de uma escalada no conflito são imensos, mas o mais grave e imediato é, sem dúvida, o humanitário. Um conflito armado, por exemplo, poderia jogar um novo e imenso fluxo de refugiados – guianenses e venezuelanos que vivem na região – em direção ao Brasil, sobrecarregando de forma dramática os serviços públicos de um estado como Roraima, que já lida com os enormes desafios da crise migratória anterior. Como alerta Silva (2024, p. 28):

Em relação às consequências para o Brasil, em caso de um conflito armado entre a Venezuela e a Guiana, a hipótese mais provável, seria o desencadeamento de uma crise migratória, gerada pelo deslocamento de guianenses residentes no território de Essequibo para o estado

de Roraima, especificamente, na divisa entre *Lethem (GUY)* e o município de Bonfim (BRA).

A presença de militares dos dois lados da fronteira aumentaria a tensão e exigiria que o Brasil gastasse mais para proteger seu lado. Além disso, um conflito criaria um ambiente perfeito para o crescimento do crime organizado, como garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando de armas, que já são um grande problema na Amazônia.

A região em disputa é, na verdade, parte da Amazônia. A segurança de Essequibo está totalmente ligada à defesa da Amazônia brasileira, um dos principais objetivos da Política Nacional de Defesa (PND).

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional. (Brasil, 2020e, p.14)

A presença de potências de fora da América do Sul explorando petróleo e a possibilidade de uma guerra na fronteira norte do Brasil são um desafio direto ao papel que o Brasil quer ter como principal fiador da estabilidade na região (Brasil, 2020e, p.33). Projetos como o Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) são ferramentas não só de defesa, mas também de geopolítica, para garantir a soberania e monitorar ameaças. A crise de Essequibo, no fim das contas, funciona como um grande teste para toda a estratégia de defesa e de política externa do Brasil para a região norte.

Uma coisa é dirimir as desconfiças regionais, ao nível da diplomacia, e outra, completamente distinta, é não ter que se preocupar com a defesa e segurança das fronteiras. Isto porque, mesmo considerando-se que existam acordos e que os países vizinhos sejam aliados não se descarta, nunca, a possibilidade de que tais tratados possam, um dia ser rompidos. Ou seja, parte-se do princípio de que acordos, tratados, cartas de intenções são eternos enquanto duram. Ainda mais com a inoperância do TCA, que não conseguiu levar adiante a integração da Bacia Amazônica. Portanto, a peculiaridade da região, pouco habitada, desguarnecida militarmente e com extensa fronteira terrestre, torna crucial, na visão Geopolítica, a necessidade de se estar preparado para eventuais divergências [...] é dentro deste quadro amplo que deve ser tratada a questão do Projeto Calha Norte. Isto é, de ocupação do território nacional ao longo das fronteiras com os países da Bacia Amazônica (Miyamoto, 1988 apud de Toma-García, 2018, p. 223).

2.2 Panorama Histórico da Região

A briga por Essequibo é uma das mais longas da América do Sul e começou lá no tempo das colônias europeias, por causa de tratados e mapas que não eram claros. A disputa, que

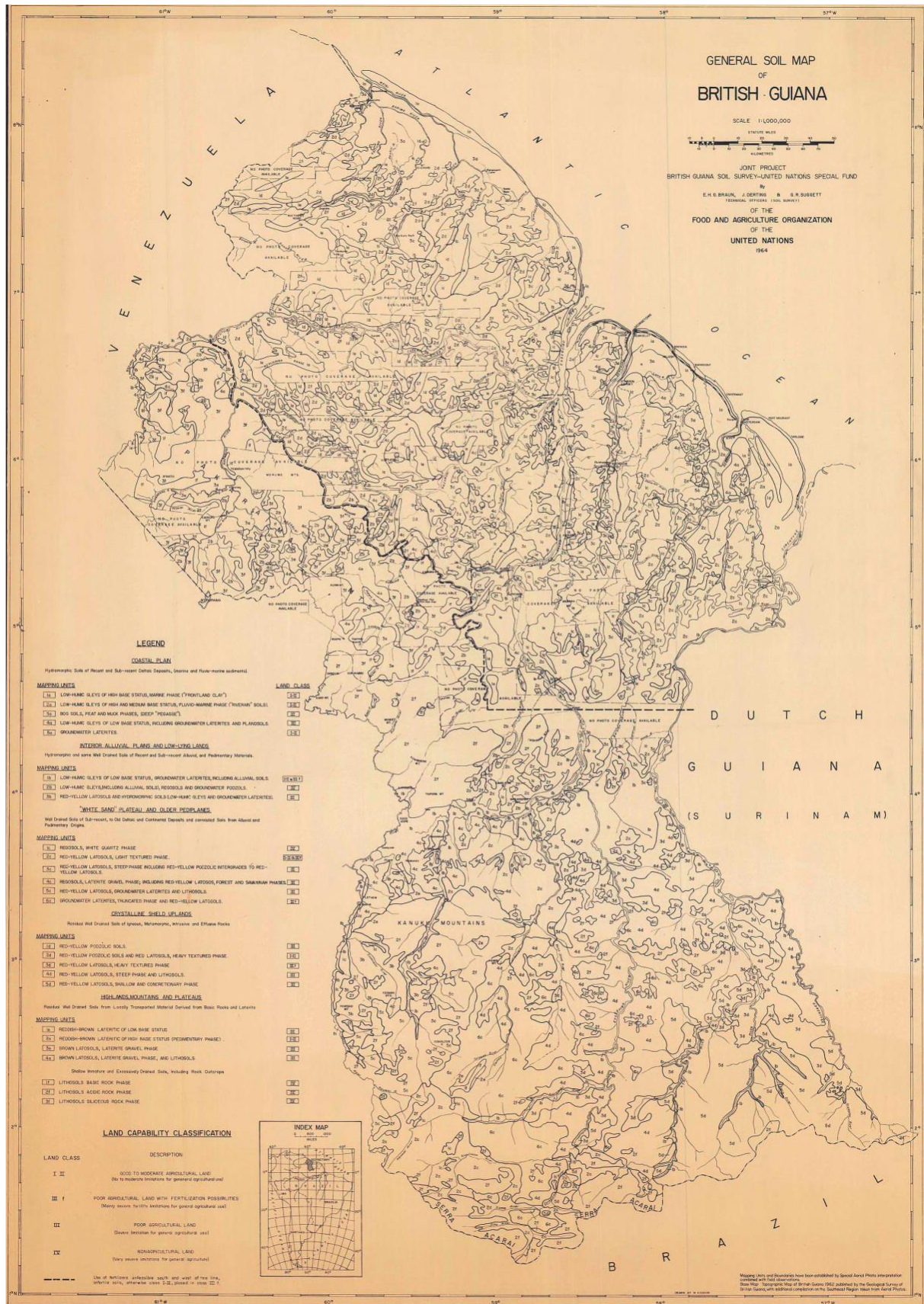
começou entre Espanha e Holanda e depois passou para Venezuela e Reino Unido, criou um nó jurídico e diplomático que nunca foi desatado (de Toma-García, 2018, p. 57-68). A história dessa disputa mostra um choque entre duas ideias do direito internacional. A primeira, o “*uti possidetis juris*”, diz que os novos países independentes deveriam manter as fronteiras que tinham quando eram colônias. A segunda, o “*uti possidetis de facto*”, reconhece quem de fato ocupa e controla o território. A Venezuela usa o primeiro argumento, dizendo que suas fronteiras coloniais iam até o rio Essequibo. A Guiana usa o segundo, afirmando que herdou a ocupação que os holandeses começaram e os britânicos continuaram. Entender essa história é fundamental, porque os dois países construíram suas justificativas em cima de interpretações totalmente diferentes de mapas e documentos antigos (de Toma-García, 2023, p. 20-26), mostrando como o passado ainda é usado como uma arma política hoje em dia.

2.2.1 A ocupação colonial da área

O historiador Leslie Bethell (2024) ajuda a entender bem essa história. Ele explica que os holandeses agiram de um jeito muito mais prático que os espanhóis: em vez de tentar dominar grandes áreas no papel, eles se focaram no comércio e fizeram amizade com os povos indígenas. Para aprofundar essa questão, o historiador deixa claro o contraste entre a estratégia espanhola e a holandesa. A Espanha reivindicava o território, mas era uma posse que só existia nos mapas. Os holandeses, por sua vez, garantiram o controle real com uma presença física constante. Nas palavras do próprio autor, "os holandeses, por outro lado, estabeleceram postos comerciais e pequenos assentamentos ao longo dos rios Essequibo, Demerara e Berbice desde o início do século XVII" (Bethell, 2024, p. 167, tradução nossa). Com essa rede de postos e o domínio dos rios, quem de fato mandava na região, no dia a dia, eram eles.

Leslie Bethell (2024) acrescenta que o grande problema veio do Tratado de Münster assinado em 1648. Embora esse acordo reconhecesse as terras dos holandeses, ele não se deu ao trabalho de desenhar no mapa onde exatamente a fronteira terminava. Essa falta de clareza deixou uma confusão que, mais tarde, se tornaria o verdadeiro motivo da briga. Foi justamente essa situação complicada que a Grã-Bretanha pegou para si quando recebeu as colônias da Holanda em 1814, na Convenção de Londres. Os britânicos não só ficaram com o território, mas também com a mesma vontade de expandi-lo, o que não demorou para colocá-los em um inevitável choque com a Venezuela, que naquela altura tinha acabado de nascer como um país independente.

Figura 3 - Mapa da Guiana Britânica (1964)



Fonte: British Guiana Soil Survey. United Nations Special Fund. 1964.

2.2.2 Formação das fronteiras na América do Sul Setentrional

Definir as fronteiras no norte da América do Sul foi um processo complicado e desigual. Enquanto o Brasil, liderado pelo Barão do Rio Branco, conseguiu resolver a maioria de suas disputas de fronteira de forma pacífica e com base em documentos (Carvalho, 2024, p. 36), a questão entre a Venezuela e a Guiana Britânica foi diferente.

A definição das fronteiras na porção norte da América do Sul foi um processo lento, conflituoso e assimétrico. É um equívoco comum pensar na "Linha Schomburgk" como uma proposta única e estática. Na verdade, como demonstra a detalhada pesquisa de Ricardo Salvador de Toma-García (2023, p. 22-51), tratou-se de um processo de "fronteira móvel", que avançou progressivamente sobre o território venezuelano em quatro grandes etapas, cada uma mais ambiciosa que a anterior, impulsionada pela descoberta de ouro na região.

A primeira etapa, em 1835, partiu de uma reivindicação britânica relativamente modesta sobre uma área de aproximadamente 4.920 km². Contudo, a segunda e mais significativa etapa de expansão, ocorrida entre 1840 e 1886, viu a linha se mover drasticamente para o oeste, passando a englobar cerca de 141.930 km², incluindo as ricas bacias dos rios *Cuyuni* e *Mazaruni*. A terceira etapa, em 1887, representou o auge da ambição imperial britânica, quando a linha foi estendida ao seu ponto máximo, reivindicando 167.830 km² e chegando a controlar as bocas do rio Orinoco, o que foi visto pela Venezuela como uma ameaça existencial à sua soberania e acesso ao mar (de Toma-García, 2023, p. 22-51).

Essa escalada, analisando a pesquisa de Ricardo Salvador de Toma-García (2023, p. 22-51), provocou a intervenção diplomática dos Estados Unidos, que, invocando a *Doutrina Monroe*⁵, pressionaram a Grã-Bretanha a aceitar uma arbitragem. A quarta e última etapa foi a própria linha definida pelo Laudo Arbitral de Paris em 1899. Embora tenha recuado ligeiramente da reivindicação máxima de 1887, a decisão final concedeu à Grã-Bretanha 159.500 km², consolidando quase toda a expansão que havia sido feita ao longo do século XIX e sendo, por isso, veementemente rechaçada pela Venezuela como um ato de espoliação legitimado por um tribunal parcial.

⁵ A *Doutrina é Monroe* é interpretada como o primeiro anúncio formal de estabelecer as Américas como uma zona de influência norte-americana. [...] uma atualização à Doutrina Monroe, interpretando que ela daria aos EUA o poder, a legitimidade e responsabilidade de intervir em questões internas dos países da América Latina para garantir a segurança da região (Anderson, 2015; Bemis, 1943; Mecham, 1965 apud Oliveira, 2024, p. 19).

Figura 4 – Avanços das linhas de Schomburgk 1835 -1897



Fonte: De Toma-García (2023, p. 50).

2.2.3 A Questão do Pirara e o papel do Brasil no passado

A história do Brasil na região também tem lições importantes. Um caso famoso foi a "Questão do Pirara", uma disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha por um território em Roraima que durou de 1838 a 1904 (de Toma-García, 2018, p. 28). O mesmo explorador Schomburgk andou pela área e disse que ela pertencia aos britânicos.

O Brasil reagiu de forma firme: mandou tropas para expulsar os ingleses e começou uma longa negociação diplomática (de Toma-García, 2018, p. 30, 120). No fim, a questão foi decidida por um árbitro, o rei da Itália, Vitor Emanuel III. A defesa do Brasil foi liderada pelo Barão do Rio Branco, que, embora tenha acrescido uma pequena parte para os britânicos, conseguiu garantir a maior parte da área para o país e, o mais importante, definir a fronteira de forma pacífica. Ainda que o Brasil tivesse perdido parte do território em disputa, a sentença arbitral representou a consolidação de um modelo diplomático, imortalizado por Rio Branco, de resolver seus contenciosos por meios pacíficos e jurídicos, estabelecendo uma tradição que se tornaria uma das marcas da política externa brasileira (de Toma-García, 2018, p. 18, 273).

Tanto no Brasil quanto no exterior, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é reconhecido por seu papel na solução pacífica de várias disputas territoriais entre o Brasil e seus países vizinhos na América do Sul, como a Questão do Amapá com a Guiana Francesa, e a Questão do Pirara com a Venezuela (Pedrosa, 2023 apud Silva, 2024, p. 12).

2.3 A Perspectiva Brasileira na Questão do Essequibo

A postura do Brasil diante da controvérsia do Essequibo é um complexo exercício de equilíbrio, de um lado, sua tradicional política externa e, de outro, seus interesses estratégicos de segurança. O país construiu sua imagem regional com base no princípio da solução pacífica das controvérsias, herdeiro de uma diplomacia consolidada pelo Barão do Rio Branco, tendo resolvido suas próprias questões fronteiriças por meio de negociações e arbitragens. Além de lhe conferir legitimidade para atuar como mediador, essa tradição também o coloca em uma posição central e delicada no atual cenário (de Toma-García, 2018, p. 18).

Ainda que pautada em princípios, a abordagem brasileira é, fundamentalmente, pragmática. Sob a ótica das teorias realistas, em um sistema internacional desprovido de uma autoridade superior, a principal motivação de um Estado é a garantia de sua própria segurança. Nesse sentido, o interesse primordial do Brasil não reside no mérito das reivindicações de Caracas ou Georgetown, mas em evitar que a disputa se transforme em um conflito armado. A

Estratégia Nacional de Defesa é explícita ao definir como um dos objetivos do país "contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais" (Brasil, 2020e, p. 25). A manutenção da América do Sul como uma zona de paz é, portanto, mais do que um ideia, é um ativo estratégico que visa afastar a instabilidade e a presença de potências extrarregionais do seu entorno imediato (Brasil, 2020b, p. 33). A Política Naval Brasileira reforça essa relevância ao apresentar como um dos Objetivos Navais: “Contribuir para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação” (Brasil, 2023, p. 21).

A Teoria do Complexo de Segurança Regional aprofunda a compreensão dessa dinâmica, ao explicar que a segurança dos Estados sul-americanos está intrinsecamente interligada. A região é marcada por históricos padrões de amizade e inimizade que, ao longo do tempo, criaram um delicado equilíbrio de poder, sendo a parte norte da região mais instável (Aguilar, 2016, apud Barry Buzan e Ole Waever, 2003, p. 36-50). Um conflito armado entre Venezuela e Guiana romperia abruptamente esse equilíbrio, criando um vácuo de segurança e forçando um realinhamento de posturas em todo o continente. Dessa forma, a crise do Essequibo deixa de ser uma questão bilateral e distante para se tornar um problema que afeta diretamente a arquitetura de segurança da qual o Brasil se considera o principal fiador:

“[...] as instabilidades provenientes de disputas territoriais podem gerar a facilitação da penetração de atores e potências extrarregionais, causando interferência direta destes na dinâmica de segurança da sub-região e, como uma onda, alastrando estes efeitos para a região como um todo” (Aguilar, 2016, p. 102).

2.3.1 A Geopolítica da Amazônia no Pensamento Estratégico Brasileiro

Para entender por que uma crise em um país vizinho como a Guiana mobiliza tanto o Brasil, precisamos primeiro dar um passo para trás e entender como o Brasil sempre enxergou a sua própria Amazônia. No pensamento estratégico brasileiro, a Amazônia é uma moeda de dois lados: ao mesmo tempo, é vista como um tesouro de riquezas quase infinito e como uma área gigante e vulnerável; um paraíso a ser protegido e um espaço vazio que precisa ser ocupado. “[...] Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo os seguintes pressupostos [...] promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País”. (Brasil, 2020e, p.21)

Foi com base nessa dualidade que uma geração de militares e geógrafos brasileiros criou as bases de uma doutrina para garantir que o Brasil não perdesse o controle sobre essa imensa parte de seu território.

Um dos principais arquitetos desse pensamento foi o general Golbery do Couto e Silva. Para ele, o problema era simples e perigoso: grandes áreas com pouca gente e pouca presença do governo, como a Amazônia, são como "vazios de poder". E na política, espaços vazios são sempre um convite para que alguém, seja um país vizinho ou uma potência de fora, tente ocupá-los.

[...] é preciso que não esqueçamos o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atraindo de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor de sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínua e totais, e estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração. (Couto e Silva, 1981, apud de Barros, 2021, p. 88)

A solução era uma "marcha para o Oeste", uma política clara de levar gente, construir estradas e, principalmente, fortalecer a presença militar para amarrar de vez a Amazônia ao resto do Brasil (Couto e Silva, 1981, apud de Barros, 2021, p. 88-92). A crise do Essequibo hoje, com a cobiça internacional crescendo sobre uma de nossas fronteiras, é exatamente o tipo de pesadelo que o general Golbery queria evitar.

Outro general, Carlos de Meira Mattos, deu um passo além. Ele olhava para a Amazônia e via o "coração" da América do Sul. Sua teoria era que quem controlasse essa área central teria uma vantagem estratégica sobre todo o continente. O grande medo de Meira Mattos era a internacionalização da Amazônia. Ele temia que potências estrangeiras, com a desculpa de proteger o meio ambiente, pudessem um dia querer intervir na região, passando por cima da soberania dos países amazônicos. Para ele, a defesa das fronteiras era a principal barreira contra essa ameaça. Projetos como o Calha Norte, com seus postos militares espalhados pela fronteira, são a tradução prática das ideias desses generais: uma política de fincar a bandeira para deixar claro que a Amazônia tem dono. (Mattos, 1980 apud de Barros, 2021, p. 93-98)

Mais recentemente, a geógrafa Bertha K. Becker atualizou de maneira contundente o debate sobre a geopolítica da Amazônia, ao propor uma leitura que transcende a tradicional disputa interestatal. Para ela, a Amazônia transformou-se em uma "fronteira do capital natural", um espaço onde a natureza passou a ser convertida em mercadoria, como a biodiversidade, a água e até mesmo o ar, por meio de instrumentos como o mercado de carbono e a bioprospecção, numa dinâmica que altera profundamente o papel da região no cenário global (Becker, 2005, p. 72-77).

Becker argumenta que os elementos geopolíticos clássicos ainda são relevantes, mas precisam ser revistos à luz das transformações contemporâneas, marcadas pela globalização, pela formação de redes de poder e pela atuação de atores não estatais, como corporações transnacionais, ONGs ambientais e movimentos sociais organizados. A geopolítica, segundo ela, agora opera também por meio da "coerção velada", influenciando a tomada de decisões dos Estados sobre o uso dos seus territórios sem recorrer à força direta (Becker, 2005, p. 71-72).

Essas ideias ampliam, mas não contradizem, os alertas feitos décadas antes por estrategistas militares brasileiros como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Golbery advertia para os riscos de deixar a Amazônia como um "vácuo de poder", enfatizando a necessidade de estabelecer "postos avançados da nossa civilização" para assegurar a posse ativa do território e evitar qualquer veleidade estrangeira de penetração (Couto E Silva, 1981 apud de Barros, 2021, p. 88). Meira Mattos, por sua vez, via a região como o "coração geoestratégico" da América do Sul, um espaço vital que não poderia ser exposto à internacionalização sob nenhum pretexto, especialmente os ambientais (Mattos, 1980 apud de Barros, 2021, p. 93-98).

O que distingue a proposta de Becker é sua ênfase nas redes de poder e na multiplicidade de atores que atuam sobre a Amazônia, conferindo ao território um papel ativo nas transformações do sistema internacional. Ela reconhece que a Amazônia deixou de ser uma mera "fronteira de expansão" e passou a constituir uma "região em si", com dinâmicas sociais, econômicas e ambientais próprias. Essa mudança estrutural exige a substituição da antiga política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento, articulando inclusão social, inovação tecnológica e governança territorial (Becker, 2005, p. 82-85).

Essa perspectiva também se reflete nas diretrizes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, que reconhecem a Amazônia como área de interesse vital à soberania nacional, destacando a necessidade de uma presença estatal efetiva, da integração com outras regiões do país e do monitoramento contínuo da região (Brasil, 2020, p. 13, 14, 21, 33). Entretanto, como Becker destaca, garantir soberania hoje significa mais do que colocar tropas na fronteira — é preciso dialogar com a ciência, com as comunidades locais e com os desafios impostos pelos novos formatos de disputa global (Becker, 2005, p. 78-79).

Portanto, ao articular os pensamentos de Golbery, Meira Mattos e Bertha Becker, é possível enxergar três momentos de uma mesma preocupação: a centralidade da Amazônia para o Brasil. Se os dois primeiros chamam atenção para a importância do controle físico e geopolítico do território, a última nos lembra que a soberania na contemporaneidade também

passa por disputas simbólicas, científicas, econômicas e ambientais. Essa leitura integrada contribui para uma visão estratégica mais sofisticada da região, capaz de orientar políticas públicas que combinem defesa nacional, cooperação regional e desenvolvimento sustentável.

2.3.2 Princípios da política externa brasileira frente a litígios regionais

A diplomacia brasileira, ao lidar com a controvérsia do Essequibo, opera sob uma longa tradição de respeito ao direito internacional e à solução pacífica das disputas, um legado consolidado pelo trabalho do Barão do Rio Branco no início do século XX. Este princípio não é apenas uma diretriz histórica, mas um preceito fundamental da República, inscrito no Artigo 4º da Constituição, que estabelece a "defesa da paz" e a "solução pacífica dos conflitos" como pilares que regem as relações internacionais do país (Brasil, 2020, p. 31). No que tange ao Essequibo, a doutrina diplomática brasileira se materializa em uma atuação constante para manter as partes engajadas no diálogo, reforçando a via da negociação como o caminho para uma solução pacífica.

A postura de neutralidade adotada pelo Brasil não deve ser interpretada como indiferença, mas como uma escolha estratégica para preservar sua condição de mediador confiável. Ao evitar tomar partido, o Itamaraty mantém canais de comunicação abertos tanto com Caracas quanto com Georgetown, o que lhe permite atuar como um facilitador do diálogo. Essa abordagem ficou evidente nos eventos recentes, quando o Brasil exerceu um papel ativo para diminuir a escalada de tensões. A atuação do diplomata Celso Amorim foi crucial nas negociações que culminaram na Declaração de *Argyle*, em dezembro de 2023, na qual os dois países se comprometeram a não utilizar a força:

“[...] com a intermediação do assessor especial da Presidência do Brasil, o diplomata Celso Amorim, os presidentes guianense e venezuelano manifestaram a intenção de buscar um consenso na disputa territorial pela região de Essequibo e de se absterem do uso ou da ameaça de uso da força, por meio da Declaração Conjunta de Argyle (Quesada, 2023; Abreu, 2024). O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, manifestou-se no sentido de reiterar o compromisso com os doze países da América do Sul, de que o Brasil preza pela solução pacífica das controvérsias (Prazeres, 2023).” (Quesada, 2023; Abreu, 2024, Prazeres, 2023 apud Silva, 2024, p. 19)

Em 2023, diante da realização de um referendo convocado pela Venezuela sobre Essequibo, o Brasil reforçou sua mensagem de contenção. O presidente Lula declarou que o Mercosul não poderia ignorar o impasse e que o país estava pronto a sediar futuras rodadas de negociação, reforçando sua disposição em buscar soluções pacíficas (BBC News, 2023).

Ao se posicionar como um pilar de estabilidade, o Brasil busca defender seu interesse de manter a América do Sul livre de conflitos armados que poderiam atrair a indesejada intervenção militar de potências extrarregionais. A construção dessa imagem de mediador confiável constitui um valioso capital diplomático, fundamental para um país que almeja exercer a liderança regional e garantir que as divergências no subcontinente sejam resolvidas na mesa de negociação, e não no campo de batalha.

2.3.3 Riscos geopolíticos na fronteira norte

A fronteira norte do Brasil é uma das áreas mais desafiadoras para a segurança do país. O território é enorme, com pouca gente e uma fronteira fácil de cruzar, o que facilita práticas ilícitas (Brasil, 2020, p. 14). Uma guerra em Essequibo pioraria muito todos esses problemas.

O risco de um início de uma crise migratória massiva, o fechamento de rotas comerciais e a necessidade de colocar ainda mais militares na fronteira são cenários muito ruins para o Brasil. Outra grande preocupação, seria o envolvimento de potências de fora da região no conflito. A participação de países como os Estados Unidos (apoando a Guiana) ou China e Rússia (apoando a Venezuela) na vizinhança do Brasil seria um pesadelo para a política externa brasileira, que sempre tentou manter a América do Sul livre de bases e tropas militares de potências estrangeiras. Isso poderia transformar a região num palco de disputas globais, algo que o Brasil sempre lutou para evitar. (Silva, 2024, p. 25-28)

2.3.4 Cooperação regional e defesa da estabilidade

Para navegar os riscos inerentes à disputa, a estratégia do Brasil se assenta sobre um pilar duplo: a promoção da cooperação regional e o fortalecimento de sua capacidade de dissuasão. Na arena diplomática, o país historicamente busca consolidar a América do Sul como uma zona de paz, um conceito que ganhou materialidade com a superação das rivalidades históricas e a criação de mecanismos de confiança mútua. Um exemplo notável foi a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, uma iniciativa brasileira no âmbito da UNASUL que visava justamente criar um foro para debater e prevenir conflitos, tendo a questão do Essequibo como uma de suas preocupações latentes (Aguiar, 2016, p. 97). Mais recente a mediação promovida pelo Brasil na crise do Essequibo reforça essa vocação. Ao colaborar com entidades como a CELAC e a CARICOM, o governo brasileiro contribuiu para o compromisso firmado

em dezembro de 2023 entre Venezuela e Guiana de não recorrer ao uso da força e continuar buscando uma saída pacífica para o impasse territorial (BBC News, 2023). Esses esforços cooperativos regionais revelam a importância da atuação coordenada entre Estados sul-americanos para preservar a estabilidade e a previsibilidade estratégica no subcontinente.

Contudo, conforme ensina a tradição realista das Relações Internacionais, a eficácia da diplomacia está frequentemente condicionada à existência de capacidade de dissuasão. O Brasil, ciente disso, também reforçou sua presença militar na fronteira norte. A movimentação de tropas para o estado de Roraima, acompanhada do envio de veículos blindados e unidades de artilharia, teve como objetivo principal demonstrar prontidão, resiliência e comprometimento com a proteção de seu território (Agência Brasil, 2023). Essa mobilização não representa intenção ofensiva, mas sim uma sinalização clara de que o Brasil está atento e preparado para proteger sua soberania e evitar qualquer escalada regional que represente sobretudo uma ameaça uma área de interesse vital como a Amazônia (Brasil, 2020, p. 21).

Em síntese, a abordagem brasileira para a questão do Essequibo se desdobra em três eixos interdependentes: uma neutralidade ativa, que permite a interlocução com ambas as partes e preserva seu papel de mediador; uma presença militar estratégica e dissuasória na fronteira amazônica, que sinaliza sua determinação em proteger seus interesses e a estabilidade regional; e a valorização do direito internacional e da governança regional multilateral como os únicos caminhos legítimos para a solução de controvérsias e a prevenção de conflitos no continente.

3. A DISPUTA TERRITORIAL: INGLATERRA, VENEZUELA E GUIANA

A controvérsia sobre o Essequibo é uma das mais longas e complexas disputas territoriais da América do Sul. Suas raízes mergulham fundo na era colonial, mas seus desdobramentos se estendem até o presente, moldados por interesses geopolíticos, pela descoberta de vastos recursos naturais e pelas tensões inerentes à formação dos Estados nacionais na região. O que começou como uma disputa entre um império em expansão e uma república recém-nascida evoluiu para um impasse diplomático que hoje desafia a estabilidade do subcontinente.

Este capítulo se dedica a desvendar as múltiplas camadas dessa disputa. Inicia-se com a análise das origens do conflito no século XIX, marcado pela rivalidade entre o Império Britânico e a Venezuela, culminando no controverso Laudo Arbitral de 1899. Em seguida, examina-se o Acordo de Genebra de 1966, um marco diplomático que redefiniu os termos da controvérsia no contexto da iminente independência da Guiana. Por fim, o capítulo aborda os desdobramentos mais recentes, analisando as posturas jurídicas e estratégicas de cada parte e as crescentes tensões que recolocaram o Essequibo no centro das preocupações de segurança regional.

3.1 Origens e Primeiras Controvérsias

As sementes da disputa pelo Essequibo foram plantadas no solo fértil da expansão imperial europeia na América do Sul. A região, historicamente parte da Capitania-Geral da Venezuela sob domínio espanhol, viu seus contornos serem redefinidos pela chegada de novas potências. Pelo Tratado de Londres de 1814, após as Guerras Napoleônicas, os Países Baixos cederam ao Reino Unido os assentamentos de Demerara, Berbice e Essequibo. Crucialmente, este tratado não definia com clareza a fronteira ocidental desses territórios, deixando uma vasta área de selva e rios em um limbo jurídico que seria explorado pela ambição britânica (Reyes Ramírez, 2025, p. 7).

A Venezuela, ao se constituir como Estado independente após a dissolução da Grã-Colômbia em 1830, reivindicou o princípio do *uti possidetis juris*, considerando o rio Essequibo como sua fronteira natural oriental, herdada da administração espanhola. O Reino Unido, por um tempo, pareceu aceitar essa delimitação. No entanto, o interesse crescente nos recursos

naturais da região e a lógica expansionista do Império Britânico mudariam drasticamente esse cenário (de Toma-García, 2023, p. 20, 21).

3.1.1 A rivalidade entre Reino Unido e Venezuela no século XIX

A rivalidade remonta ao século XIX, período de intensa competição imperialista, foi inaugurada pela ambição britânica, materializada nas expedições do naturalista prussiano Robert Hermann Schomburgk. Embora a Venezuela, recém-independente da Espanha, tenha herdado os limites coloniais definidos pela Capitania Geral da Venezuela, o Reino Unido expandia sua presença na Guiana Britânica, colônia adquirida formalmente em 1814 com o Tratado de Londres. Schomburgk, contratado pela *Royal Geographical Society* de Londres, foi encarregado de explorar e mapear o interior da Guiana Britânica. Suas viagens, entre 1835 e 1844, resultaram na criação de uma série de mapas que, progressivamente, empurravam a fronteira da colônia para o oeste, adentrando profundamente em território que a Venezuela considerava seu (Bethell, 2024, p. 167, 168).

A "Linha Schomburgk", em suas diversas versões, não era um exercício cartográfico neutro, mas uma ferramenta geopolítica. A primeira linha, de 1835, já anexava cerca de 4.920 km² de território venezuelano. Em 1840, uma nova versão estendia a reivindicação britânica para mais de 140.000 km², e as versões posteriores chegariam a pleitear mais de 203.000 km², englobando as bacias dos rios *Cuyuni* e *Mazaruni* e chegando perigosamente perto da foz do rio *Orinoco*, um ponto de vital importância estratégica para a Venezuela (de Toma-García, 2023, p. 50-53).

A Venezuela protestou formalmente, contra a expansão britânica para oeste, pela primeira vez em 1841, denunciando a instalação de postos fronteiriços britânicos em seu território. O governo de Caracas, enfraquecido por décadas de instabilidade interna e guerras civis, não tinha poder militar para se opor à maior potência naval do mundo. Sua única arma era a diplomacia. Ao longo das décadas seguintes, a Venezuela buscou incansavelmente uma solução negociada ou uma arbitragem para resolver a questão, mas encontrou na Grã-Bretanha uma postura intransigente, que se valia de sua força para impor fatos consumados no terreno (Aguiar, 2016, p. 64-65).

A descoberta de ouro na região do rio *Yuruari*, em território venezuelano, na década de 1850, intensificou ainda mais a cobiça britânica e a pressão sobre a fronteira. A Grã-Bretanha passou a incentivar a colonização e a exploração mineral na área disputada, ignorando os

protestos venezuelanos e um acordo de 1850 no qual ambos os países se comprometiam a não ocupar o território em litígio. Essa política de fatos consumados, aliada à imensa assimetria de poder, deixava a Venezuela em uma posição de extrema vulnerabilidade (de Toma-García, 2023, p. 23-25).

3.1.2 Acordos e impasses até o Laudo Arbitral de 1899

Diante da contínua expansão britânica e da iminência de perder o controle sobre a foz do Orinoco, a Venezuela buscou apoio externo. A tábua de salvação veio dos Estados Unidos, que, sob a presidência de Grover Cleveland, viram na disputa uma oportunidade para afirmar a Doutrina Monroe e se posicionar como a potência hegemônica no hemisfério. Em 1895, o Secretário de Estado americano, Richard Olney, enviou uma nota contundente à Grã-Bretanha, declarando que os EUA consideravam a disputa uma ameaça aos seus interesses e exigindo que a questão fosse submetida a uma arbitragem internacional (Bethell, 2024, p. 169).

A intervenção americana foi decisiva. A Grã-Bretanha, embora relutante em aceitar a arbitragem, não desejava um confronto direto com os Estados Unidos. Assim, em 1897, foi assinado o Tratado de Washington, que estabeleceu a criação de um Tribunal Arbitral para dar uma solução final e definitiva à controvérsia. O tribunal seria composto por cinco juízes: dois britânicos, dois americanos (representando os interesses da Venezuela) e um quinto membro, o jurista russo Fiodor de Martens, que atuaria como presidente (de Toma-García, 2023, p. 24-25).

A composição do tribunal e as regras estabelecidas pelo Tratado de Washington já continham os elementos que tornariam a decisão final tão controversa. A Venezuela foi excluída da representação direta, tendo seus interesses defendidos pelos juízes americanos. Além disso, o tratado estabelecia regras que favoreciam a posição britânica, como a que considerava que uma posse de 50 anos sobre um território poderia constituir um título de propriedade válido, legalizando, na prática, a ocupação britânica de fato (de Toma-García, 2023, p. 26).

O Tribunal se reuniu em Paris e, em 3 de outubro de 1899, emitiu sua decisão. O Laudo Arbitral de Paris concedeu à Grã-Bretanha a esmagadora maioria do território em disputa, cerca de 159.500 km², traçando uma fronteira muito semelhante à Linha Schomburgk. À Venezuela restou apenas a foz do Orinoco e uma pequena porção de território adjacente (Silva, 2024, p.

15). A decisão foi unânime e, crucialmente, não apresentou qualquer fundamentação jurídica para suas conclusões, o que reforçou a percepção de que se tratava de um arranjo político, e não de uma deliberação baseada no direito.

3.1.3 Reações venezuelanas e a contestação do laudo

A reação em Caracas foi de choque e indignação. O Laudo de 1899 foi imediatamente percebido não como um ato de justiça, mas como um despojo territorial orquestrado pelas grandes potências. O governo venezuelano, embora formalmente obrigado a aceitar a decisão, protestou, considerando-a um acordo de bastidores que sacrificou os direitos venezuelanos em nome do equilíbrio de poder entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha (Aguilar, 2016, p. 69).

A ausência de fundamentação jurídica no laudo foi o principal argumento para sua contestação. A decisão parecia ignorar os títulos históricos espanhóis da Venezuela, baseados no princípio do *uti possidetis juris*, e simplesmente ratificar a posse de fato obtida pela Grã-Bretanha por meio de sua política expansionista. A percepção era a de que os juízes, especialmente o presidente Fiodor de Martens, haviam atuado mais como negociadores políticos do que como árbitros imparciais (de Toma-García, 2023, p. 28-29).

Essa percepção seria dramaticamente confirmada décadas mais tarde. Em 1949, foi publicado um memorando póstumo de Severo Mallet-Prevost, um dos advogados americanos que defendeu a Venezuela em Paris. No documento, Mallet-Prevost revelava que o Laudo não foi resultado de uma análise jurídica, mas de um acordo político entre os juízes britânicos e o presidente do tribunal, Fiodor de Martens. Segundo ele, Martens teria pressionado os juízes americanos a aceitarem a linha proposta, sob a ameaça de votar com os britânicos por uma fronteira ainda mais desfavorável à Venezuela. Essa revelação deu à Venezuela a base documental para argumentar que o Laudo era nulo e írrito, pois sua origem estava viciada por coação e fraude processual (Silva, 2024, p. 15, 16).

A publicação do memorando de Mallet-Prevost reacendeu a chama da reivindicação venezuelana e marcou o início de uma nova fase na disputa, na qual a Venezuela passaria a

buscar ativamente, nos foros internacionais, a anulação do Laudo de 1899 e a reabertura das negociações sobre a fronteira.

3.2 O Acordo de Genebra (1966) e os Caminhos Diplomáticos

A segunda metade do século XX trouxe um novo contexto global, marcado pela Guerra Fria, pelo processo de descolonização na Ásia e na África, e pelo fortalecimento das Nações Unidas como foro para a mediação de disputas internacionais. Foi nesse cenário que a Venezuela encontrou a oportunidade para levar sua contestação ao Laudo de 1899 à arena multilateral, transformando uma disputa bilateral em uma questão de relevância internacional.

3.2.1 Transição da Guiana Britânica para a independência

O catalisador para a nova ofensiva diplomática venezuelana foi a iminente independência da Guiana Britânica. Para a Venezuela, era crucial reabrir a discussão sobre a fronteira antes que a colônia se tornasse um Estado soberano, o que cristalizaria os limites definidos pelo Laudo de 1899. A partir da década de 1950, e com base nas revelações do memorando de Mallet-Prevost, a Venezuela intensificou sua campanha diplomática, culminando em um discurso contundente de seu chanceler na Assembleia Geral da ONU em 1962, no qual denunciou formalmente o Laudo como fraudulento e anunciou que a Venezuela não mais reconhecia a fronteira dele resultante (Aguiar, 2016, p. 71-74).

A Grã-Bretanha, que se preparava para conceder a independência à sua colônia, viu-se em uma posição delicada. Ignorar a reivindicação venezuelana significaria legar ao novo Estado guianense uma perigosa disputa fronteiriça com um vizinho muito mais poderoso. Diante da pressão diplomática e do novo contexto internacional, o Reino Unido concordou em abrir negociações com a Venezuela para encontrar uma saída para o impasse.

3.2.2 Termos e implicações do Acordo de Genebra

Após intensas negociações, em 17 de fevereiro de 1966, em Genebra, foi assinado o Acordo para Resolver a Controvérsia entre Venezuela e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre a Fronteira entre Venezuela e Guiana Britânica. O Acordo de Genebra,

como ficou conhecido, é o documento que rege a disputa até os dias de hoje e representa uma vitória diplomática significativa para a Venezuela (de Toma-García, 2023, p. 33-35).

O ponto central do Acordo é o reconhecimento, por parte do Reino Unido, da existência de uma controvérsia sobre a fronteira. Ou seja, embora não anulasse formalmente o Laudo de 1899, o acordo admitia que a reivindicação venezuelana era legítima e que a questão não estava encerrada. O Artigo I do acordo estabelecia a criação de uma Comissão Mista, com representantes da Venezuela e da Guiana (que se tornaria independente poucos meses depois), com o mandato de buscar soluções satisfatórias para o arranjo prático da controvérsia (de Toma-García, 2023, p. 36).

O Acordo de Genebra estabeleceu um roteiro para a solução da disputa. A Comissão Mista teria um prazo de quatro anos para encontrar uma solução. Caso não houvesse sucesso, o Artigo IV previa que as partes deveriam escolher um dos meios de solução pacífica previstos no Artigo 33 da Carta da ONU⁶. Se ainda assim não houvesse acordo sobre o método a ser utilizado, a decisão sobre o meio de solução seria referida a um órgão internacional apropriado ou, em última instância, ao Secretário-Geral das Nações Unidas (de Toma-García, 2023, p. 36-37).

Uma cláusula crucial é o Artigo V, que congela as reivindicações de soberania. Ele estabelece que nenhum ato realizado enquanto o acordo estivesse em vigor poderia servir de base para afirmar ou negar direitos sobre o território. Na prática, isso significava que a Guiana continuaria a administrar o Essequibo, mas não poderia usar essa administração para fortalecer sua reivindicação, e a Venezuela, por sua vez, não poderia tomar medidas para ocupar o território (de Toma-García, 2023, p. 37).

3.2.3 Papel da ONU e da Corte Internacional de Justiça (CIJ)

O Acordo de Genebra inseriu as Nações Unidas como ator central na gestão da controvérsia. A Comissão Mista, no entanto, não conseguiu chegar a um acordo nos quatro anos previstos. A Venezuela defendia uma negociação que levasse a uma restituição territorial,

⁶ *ARTIGO 33* - 1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>.

enquanto a Guiana, já independente, mantinha a posição de que o Laudo de 1899 era válido e que não havia nada a negociar.

Com o fracasso da Comissão Mista, as partes assinaram, em 1970, o Protocolo de Porto Espanha, que suspendeu a aplicação do Artigo IV do Acordo de Genebra por um período de 12 anos, congelando a busca por uma solução. Em 1982, a Venezuela decidiu não renovar o protocolo, e a controvérsia voltou ao mecanismo previsto no Acordo de Genebra. A partir de então, a disputa passou a ser mediada pelo Secretário-Geral da ONU, através do mecanismo de *Bons Officios*⁷. Por mais de três décadas, sucessivos representantes do Secretário-Geral tentaram, sem sucesso, aproximar as posições das partes. A Guiana insistia em uma solução jurídica, via Corte Internacional de Justiça (CIJ), enquanto a Venezuela defendia a negociação diplomática direta. O impasse se arrastou até que a descoberta de petróleo na costa do Essequibo, em 2015, alterou drasticamente o cálculo estratégico de ambos os lados e aumentou a urgência por uma solução (de Toma-García, 2023, p. 39).

Diante da escalada das tensões e da aparente impossibilidade de um acordo, em 2018, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, utilizando a prerrogativa que lhe foi conferida pelo Acordo de Genebra, decidiu referir a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, o principal órgão judicial das Nações Unidas. A Guiana imediatamente apresentou sua demanda à Corte, solicitando que esta confirmasse a validade do Laudo de 1899. A Venezuela, por sua vez, anunciou que não reconhecia a jurisdição da CIJ para julgar o caso, argumentando que o Acordo de Genebra previa um acordo mútuo sobre o meio de solução, o que não ocorreu (de

⁷ *Bons Officios*: No campo da diplomacia internacional e da busca por soluções pacíficas para controvérsias, o termo "bons oficios" descreve a atuação de um terceiro ator (um Estado, uma organização ou uma figura proeminente) que se oferece para aproximar as partes em disputa. Diferentemente da mediação, o "bom oficiador" não se envolve ativamente nas negociações nem propõe soluções. Seu papel é mais discreto e facilitador. Como a própria chancelaria da Venezuela destacou em 1986, visando a questão do Essequibo: "una formula de los Buenos Oficios que fuera lo más flexible, sencilla, menos elaborada y menos específica: un procedimiento en el cual, todo fluya de manera natural y permita a las partes abordar el problema sin estar obligados a adoptar posiciones formales" (Venezuela, 2002, p. 146 apud de Toma-García, 2023, p. 39). Em tradução livre: "uma fórmula dos Bons Officios que fosse a mais flexível, simples, menos elaborada e menos específica: um procedimento no qual tudo flua de maneira natural e permita às partes abordar o problema sem estarem obrigadas a adotar posições formais". Em essência, a função primordial é criar um canal de comunicação, permitindo que as partes dialoguem sobre o problema de maneira mais fluida e sem a necessidade de assumir posições excessivamente formais, restabelecendo assim o contato para negociações futuras.

Toma-García, 2023, p. 39-41). A judicialização da disputa abriu um novo e incerto capítulo, transferindo a controvérsia da arena diplomática para a jurídica.

3.3 Desdobramentos Recentes e a Postura das Partes

A decisão de levar a disputa à Corte Internacional de Justiça e a subsequente escalada retórica e militar por parte da Venezuela marcaram os desdobramentos mais recentes da controvérsia. A descoberta de petróleo transformou um conflito latente em uma crise ativa, com implicações diretas para a estabilidade regional e para a política interna de ambos os países.

3.3.1 Argumentações jurídicas de cada Estado

Na Corte Internacional de Justiça, as posições jurídicas das partes são diametralmente opostas. A Guiana baseia toda a sua argumentação na validade e no caráter definitivo do Laudo Arbitral de 1899. Para Georgetown, o Laudo é um ato jurídico perfeito, que estabeleceu uma fronteira final e vinculante, reconhecida e demarcada no início do século XX. A Guiana sustenta que a contestação venezuelana, mais de meio século depois, é uma tentativa de reverter um acordo legalmente estabelecido. Portanto, o que a Guiana pede à CIJ é que ela confirme que o Laudo de 1899 é a solução definitiva para a fronteira terrestre (de Toma-García, 2023, p. 41).

A Venezuela, por outro lado, argumenta que a CIJ não possui jurisdição para julgar o caso. Sua tese é que o único instrumento legal válido que rege a disputa é o Acordo de Genebra de 1966. Segundo Caracas, este acordo pressupõe que as partes cheguem a um consenso sobre o meio de solução, o que não aconteceu, tornando a decisão unilateral do Secretário-Geral da ONU de referir o caso à Corte inválida. No mérito, a Venezuela sustenta que o Laudo de 1899 é nulo e irritado, pois foi resultado de uma fraude processual e de um conluio político, e não de uma arbitragem justa. Para a Venezuela, o objetivo do Acordo de Genebra é chegar a um arranjo prático e satisfatório por meio de negociações diretas, o que implica necessariamente uma solução que vá além da simples ratificação da fronteira de 1899 (de Toma-García, 2023, p. 42).

Em dezembro de 2020, a CIJ decidiu, por 12 votos a 4, que possui jurisdição para julgar a validade do Laudo de 1899 e a questão da fronteira, com base no mecanismo estabelecido pelo Acordo de Genebra. A Venezuela rejeitou a decisão e, embora tenha apresentado objeções

preliminares, mantém sua posição de não participar plenamente do processo sobre o mérito da questão (Reyes Ramírez, 2025, p. 15, 16).

3.3.2 Estratégias diplomáticas e o uso da mídia internacional

Paralelamente à batalha jurídica, ambos os países desenvolvem intensas estratégias diplomáticas. A Guiana busca fortalecer sua posição através do multilateralismo, buscando apoio de organizações como a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Commonwealth, além de estreitar laços de defesa com potências ocidentais, notadamente os Estados Unidos. A estratégia guianense é apresentar-se como um pequeno Estado democrático, respeitador do direito internacional, ameaçado por um vizinho maior e autoritário. O uso da mídia internacional é fundamental para construir essa narrativa e angariar simpatia para sua causa.

A Venezuela, por sua vez, adota uma estratégia que combina a rejeição às instâncias multilaterais que considera hostis (como a CIJ e a OEA) com uma retórica nacionalista e anti-imperialista. O governo de Nicolás Maduro enquadra a disputa como uma agressão orquestrada pelos Estados Unidos e por corporações transnacionais de petróleo, como a ExxonMobil, que teriam cooptado o governo guianense. A Venezuela utiliza a mídia estatal e as redes sociais para mobilizar o sentimento patriótico interno e denunciar o que chama de despojo imperialista, buscando apoio de seus aliados internacionais, como Rússia e China (Reyes Ramírez, 2025, p. 18-19).

Ambos os países têm usado a mídia internacional para influenciar a opinião pública e angariar apoio internacional. A Guiana, com apoio de aliados como os EUA e o Reino Unido, reforça sua narrativa de continuidade jurídica e respeito à ordem internacional. A Venezuela, por sua vez, associa a disputa a uma luta contra o neocolonialismo (BBC News, 2023). Além disso, figuras políticas de ambos os lados utilizam a controvérsia como instrumento de mobilização interna, vinculando a defesa do Essequibo a valores nacionais, soberania e identidade (Agência Brasil, 2023).

3.3.3 Referendos e tensões políticas internas

A disputa pelo Essequibo tornou-se um elemento central na política interna de ambos os países, mas de forma mais acentuada na Venezuela. Em dezembro de 2023, o governo de Nicolás Maduro realizou um referendo consultivo com cinco perguntas sobre a questão do

Essequibo. A consulta, que obteve uma aprovação massiva segundo os dados oficiais, perguntava aos venezuelanos se concordavam em rejeitar o Laudo de 1899, apoiar o Acordo de Genebra e criar um novo estado venezuelano chamado "Guayana Esequiba" no território disputado, concedendo cidadania a seus habitantes (Silva, 2024, p. 17).

O referendo foi amplamente visto pela comunidade internacional e por analistas como uma manobra política de Maduro para unificar o país em torno de uma causa nacionalista, desviar a atenção da grave crise econômica e social e testar sua capacidade de mobilização antes das eleições presidenciais de 2024 (Reyes Ramírez, 2025, p. 17-19). A consulta, embora simbólica e sem efeito jurídico direto, gerou preocupação internacional e foi vista como tentativa de legitimar possíveis ações unilaterais (BBC News, 2023). Tal iniciativa elevou drasticamente a tensão com a Guiana e as preocupações do Brasil, que reforçou sua presença militar na fronteira.

Após o referendo, a Assembleia Nacional venezuelana aprovou a Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Esequiba, que formaliza a criação do novo estado e estabelece sanções para quem apoiar a posição guianense, o que foi considerado pela Guiana uma grave ameaça (Reyes Ramírez, 2025, p. 21).

A Guiana reagiu com firmeza, denunciando a manobra na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na ONU. O Brasil e outros países da região manifestaram preocupação com a estabilidade na fronteira norte sul-americana, defendendo o respeito ao direito internacional e o retorno ao diálogo (Agência Brasil, 2023; Silva, 2024, p. 19).

Essas ações, embora de pouca eficácia prática, demonstram como a disputa territorial é utilizada como um instrumento de política interna, com o risco de que a retórica inflamada possa levar a erros de cálculo e a uma escalada militar indesejada.

4. O ACIRRAMENTO DA DISPUTA E O PODER ANFÍBIO BRASILEIRO COMO FERRAMENTA DE DISSUAÇÃO

A passagem de uma disputa territorial histórica para uma crise de segurança regional com potencial de conflito armado não ocorre de forma espontânea. É impulsionada por eventos que alteram drasticamente o cálculo estratégico dos atores envolvidos. No caso do Essequibo, o catalisador foi a descoberta, a partir de 2015, de vastas e valiosas reservas de petróleo e gás na plataforma continental da Guiana. Essa nova realidade econômica transformou um contencioso adormecido em um foco de tensão imediata, reacendendo as ambições venezuelanas e atraindo o interesse de potências extrarregionais. Situação que trouxe à tona não apenas os interesses bilaterais dos países envolvidos, mas também preocupações mais amplas sobre a estabilidade da América do Sul. Para o Brasil, país que compartilha fronteira com ambos os atores e que possui interesses geopolíticos estratégicos na região amazônica, o acirramento das tensões demanda atenção redobrada e respostas bem calibradas.

Este capítulo se aprofunda na conexão direta entre a geopolítica dos recursos energéticos e a expressão militar do poder. Primeiramente, analisa-se como as concessões de exploração petrolífera pela Guiana levaram a uma reação agressiva da Venezuela, elevando o risco de um conflito e gerando impactos diretos para a segurança do Brasil. Em um segundo momento, o foco se volta para a principal tese deste trabalho: a análise do Poder Anfíbio brasileiro, materializado no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como um instrumento de dissuasão e estabilização. Serão detalhadas a doutrina, as capacidades e a inserção estratégica do CFN, argumentando como essa força, por sua natureza expedicionária e de pronto emprego, se constitui em uma ferramenta fundamental à disposição do Estado brasileiro para a gestão de crises em seu entorno estratégico.

4.1 A Descoberta de Petróleo e o Recrudescimento das Tensões

A disputa pelo Essequibo, que por décadas se manteve no âmbito de negociações diplomáticas de baixa intensidade sob a égide da ONU, sofreu uma transformação radical em 2015. A empresa petrolífera norte-americana ExxonMobil anunciou a descoberta de um gigantesco campo de petróleo no bloco *Stabroek*, localizado em águas que a Venezuela

considera parte da zona em disputa. Estima-se que as reservas na região possam ultrapassar os 11 bilhões de barris, o que, para um país com menos de um milhão de habitantes como a Guiana, representa uma revolução econômica de proporções globais, tornando o país uma das maiores promessas de produção de petróleo da América do Sul, com projeções de até 1,2 milhão de barris por dia até 2027 (Padula, 2023, p. 4, 5).

Essa descoberta alterou fundamentalmente a geopolítica da região. A Guiana, até então um dos países mais pobres do continente, passou a ser vista como uma futura potência energética, atraindo investimentos massivos e o interesse de grandes corporações e de seus Estados-sede. Para a Venezuela, mergulhada em uma profunda crise econômica e com sua própria indústria petrolífera em colapso, a riqueza emergente em um território que reivindica como seu tornou-se um fator intolerável, reativando a controvérsia com uma intensidade sem precedentes (Motta; Menon, 2024, p. 103).

4.1.1 Concessões de exploração pela Guiana a empresas estrangeiras

Amparada pela administração de fato do território e pela expectativa de um futuro respaldo jurídico da Corte Internacional de Justiça, a Guiana adotou uma postura assertiva. O governo de Georgetown intensificou a concessão de blocos de exploração em sua Zona Econômica Exclusiva, não apenas para a ExxonMobil, mas também para um consórcio de outras empresas internacionais, incluindo a chinesa CNOOC e a americana Hess (Padula, 2023, p. 13).

Essa estratégia, embora economicamente lógica, foi geopoliticamente arriscada. Ao vincular o desenvolvimento de sua principal riqueza a atores extrarregionais, especialmente aos Estados Unidos, a Guiana internacionalizou a disputa de uma forma que desafiava diretamente os interesses venezuelanos. A presença ostensiva da ExxonMobil, empresa com um histórico de litígios com o governo venezuelano, foi percebida em Caracas não apenas como uma exploração econômica, mas como uma provocação e uma violação do Artigo V do Acordo de Genebra, que proíbe atos que possam fortalecer as reivindicações de soberania enquanto a controvérsia não for resolvida (Donís Ríos, 2021, p. 79, 80).

A presença de empresas norte-americanas na região também adiciona um ingrediente geopolítico delicado, uma vez que aproxima o litígio da disputa estratégica entre Venezuela e Estados Unidos (de Toma-García, 2023, p. 88).

A parceria estratégica entre a Guiana e as petrolíferas, especialmente as norte-americanas, garantiu ao pequeno país um poderoso escudo diplomático e, potencialmente, militar. A defesa dos interesses econômicos de suas empresas tornou-se um fator relevante na política externa dos EUA para a região, que passou de uma neutralidade histórica para um apoio cada vez mais explícito à Guiana (Padula, 2023, p. 15, 16).

4.1.2 A reação venezuelana e o risco de conflito armado

A reação de Caracas foi uma escalada calculada de retórica nacionalista e demonstrações de força. O governo de Nicolás Maduro enquadrou as concessões petrolíferas como um ato de espoliação imperialista orquestrado pelos Estados Unidos através da ExxonMobil, reativando a narrativa anti-imperialista como um instrumento de coesão interna (Reyes Ramírez, 2025, p. 18, 19).

A resposta venezuelana às concessões guianenses tem se intensificado. Além de manifestações políticas e diplomáticas, o governo de Nicolás Maduro mobilizou forças militares em exercícios na fronteira e anunciou medidas para criar uma nova província no território do Essequibo, incluindo nomeações administrativas e o envio de tropas (Reyes Ramírez, 2025, p. 11-14).

Essa escalada culminou em dezembro de 2023 com a realização de um referendo consultivo, no qual, segundo dados oficiais, a população venezuelana aprovou massivamente a anexação do Essequibo e a criação de um novo estado venezuelano, a "Guayana Esequiba". Embora sem validade jurídica internacional, o referendo foi uma manobra política para legitimar internamente uma postura mais agressiva e para sinalizar à comunidade internacional a seriedade de suas intenções (Silva, 2024, p. 17). Em reportagem, a BBC News afirmou que o plebiscito serviu como instrumento de mobilização nacional e reafirmação simbólica de soberania e unificou diferentes vertentes políticas no país, o que gerou tensão diplomática na região (BBC News, 2023).

Após o referendo, a Venezuela intensificou suas ações. A Assembleia Nacional aprovou a "Lei Orgânica para a Defesa da Guayana Esequiba", que formaliza a criação do novo estado

e prevê a concessão de cidadania venezuelana aos habitantes da região (Reyes Ramírez, 2025, p. 21). Mais preocupante foi o aumento da presença militar na fronteira. Imagens de satélite e vídeos divulgados pelas próprias Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) mostraram a mobilização de tropas, veículos blindados e a expansão de bases militares em pontos estratégicos como a Ilha de *Anacoco* e *Punta Barima*, na foz do *Orinoco* (Silva, 2024, p. 20-23). Essa movimentação foi percebida como uma ameaça direta e crível, elevando o risco de um conflito armado a seu nível mais alto em décadas.

4.1.3 Impactos sobre a segurança regional e preocupações do Brasil

A possibilidade de um conflito armado na fronteira norte do Brasil acendeu um alerta máximo no Itamaraty e no Ministério da Defesa. Os impactos de uma guerra entre Venezuela e Guiana seriam multifacetados e diretos para a segurança nacional brasileira. A Estratégia Nacional de Defesa é clara ao definir o entorno estratégico sul-americano como prioritário, e a manutenção da região como uma zona de paz é um dos maiores ativos da política externa e de defesa do país (Brasil, 2020b, p. 33).

Essa instabilidade fez com que o Brasil, que tem se mantido neutro, adotasse uma postura de mais atenção. A posição brasileira é marcada por uma diplomacia de contenção, baseada nos princípios da não intervenção e da resolução pacífica de controvérsias. Entretanto, a presença militar na faixa de fronteira com Venezuela e Guiana tem sido reforçada, especialmente em Roraima, com envio de tropas, blindados e aeronaves para monitoramento e dissuasão (Silva, 2024, p. 19, 23-25).

As principais preocupações do Brasil podem ser sintetizadas em três eixos:

Primeiro, Crise Humanitária e de Refugiados: Um conflito armado provocaria um deslocamento massivo de populações, tanto guianenses do Essequibo quanto venezuelanas, em direção à fronteira com o Brasil. O estado de Roraima, que já lida com os desafios da crise migratória venezuelana, seria o epicentro de uma nova e ainda mais grave crise humanitária, com potencial para desestabilizar social e economicamente toda a região (Silva, 2024, p. 28).

Segundo, Segurança na Faixa de Fronteira: A própria Política Nacional de Defesa do Brasil reconhece como premissa a sensibilidade de sua faixa de fronteira, uma área porosa que facilita

a atuação de crimes transnacionais como o garimpo ilegal, o narcotráfico e o contrabando de armas (Brasil, 2020e, p. 14). Um conflito armado entre Venezuela e Guiana, neste contexto, agravaria drasticamente um cenário já desafiador. A instabilidade gerada pelo confronto tem o potencial de intensificar as ameaças já presentes na fronteira e criar um ambiente favorável para que organizações criminosas expandam suas atividades ilícitas. Esse cenário representa um grave risco de transbordamento para a dinâmica de segurança da sub-região, ameaçando diretamente a soberania do Brasil (Aguilar, 2016, p. 102).

Terceiro, Presença de Potências Extrarregionais: Talvez o risco mais grave, do ponto de vista estratégico, seja a possibilidade de o conflito servir como pretexto para a intervenção ou o estabelecimento de uma presença militar permanente de potências de fora da região. O apoio dos EUA à Guiana, que já inclui exercícios militares conjuntos, e a aliança da Venezuela com Rússia e China, poderiam transformar a fronteira amazônica em um palco de disputas geopolíticas globais, um cenário que o Brasil sempre buscou evitar (Nascimento, 2024, p. 4-6). A possibilidade de instalação de uma base militar estrangeira na Guiana, por exemplo, alteraria permanentemente o equilíbrio de poder regional (Silva, 2024, p. 25).

Diante desses riscos, a resposta brasileira combinou a diplomacia ativa, com a mediação que levou à Declaração de Argyle, com uma clara demonstração de dissuasão militar, por meio do reforço de tropas e blindados em Roraima. É neste contexto que a análise de outras ferramentas de poder à disposição do Estado, como o Poder Anfíbio, se torna não apenas relevante, mas necessária (Silva, 2024, p. 19,23, 24).

4.2 Doutrina e Capacidades do Poder Anfíbio no Brasil

O Poder Naval, conforme definido nos documentos de alto nível da defesa brasileira, é um componente da expressão militar do Poder Nacional, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em áreas terrestres de interesse para as operações navais (Brasil, 2023, p. 26, Brasil, 2020b, p. 46,47, Marinha do Brasil, 2023, p. 14).

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Militares e Setoriais de Defesa, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional

de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END). (Marinha do Brasil, 2023, p. 14).

Dentro do Poder Naval, o Poder Anfíbio representa a capacidade de projetar força a partir do mar sobre um litoral ou área ribeirinha. No Brasil, essa capacidade é materializada, por excelência, pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), uma força de elite, de caráter expedicionário e de prontidão permanente, que constitui a principal ferramenta de projeção de poder da Marinha do Brasil (Brasil, 2020b, p. 51, Marinha do Brasil, 2023, p. 14-15).

A relevância do Poder Anfíbio para um país com as características do Brasil é inquestionável. Com um vasto litoral, a dependência do comércio marítimo e a presença de extensas bacias hidrográficas na Amazônia e no Pantanal, a capacidade de atuar a partir do mar ou dos rios para defender interesses em terra é uma necessidade estratégica (Marinha do Brasil, 2020, p. 12, 13).

Como argumenta Proença (2018, p. 83), a expressão militar do poder de um Estado não se mede apenas pela sua capacidade de vencer uma guerra convencional, mas também pela sua habilidade de empregar a força de forma limitada e controlada para alcançar objetivos políticos. É nesse espectro de atuação que o Poder Anfíbio também se destaca.

4.2.1 Os Combatentes Anfíbios da Marinha do Brasil

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) é uma parcela da Marinha do Brasil, organizada, equipada e adestrada como força de pronto emprego, o que significa que deve estar em condições de ser desdobrada rapidamente para qualquer parte do território nacional ou no exterior onde os interesses brasileiros estejam ameaçados.

Como também exposto em sua Visão de Futuro na página oficial do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais:

Até 2030, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e de projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e capacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN será imprescindível para a proteção da Amazônia Azul, pois contribuirá para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas.

O Livro Branco De Defesa Nacional confirma em sua descrição:

O CFN é uma tropa profissional e voluntária, que confere ao Poder Naval a capacidade de projeção de poder sobre terra e amplia sua capacidade de controlar áreas marítimas e de negar o uso do mar. Essa Força Naval estratégica, de caráter anfíbio e expedicionário, amplia suas possibilidades para atuar em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN é essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, bem como dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, e para assegurar o controle das margens das vias fluviais durante as operações ribeirinhas. (Brasil, 2020c, p. 59)

O coração operativo do Corpo de Fuzileiros Navais reside na Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), sua principal unidade de combate e força de prontidão. A grande virtude estratégica do CFN, no entanto, está em sua flexibilidade, pois para cada missão específica são ativados Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (*GptOpFuzNav*)⁸, que funcionam como forças-tarefa organizadas sob medida para a complexidade da situação. Essa notável modularidade permite que a força projetada seja precisamente escalonada, podendo variar em tamanho desde uma Unidade Anfíbia até, em cenários de maior envergadura, uma Divisão Anfíbia (DivAnf), o que assegura uma resposta sempre proporcional à crise em questão (Vellame, 2014, p. 48,49). Essa capacidade de customizar a força para o cumprimento da tarefa é a base de seu caráter expedicionário, definido pela doutrina como a “aptidão para o emprego tempestivo de força autossustentável [...] para cumprir missão por tempo limitado, sob condições adversas e em área operacional distante de sua base” (Brasil, 2023, p. 36).

Figura 5 – Desembarque de Fuzileiros Navais por meio de CLANF

⁸ *GptOpFuzNav* - trata-se de uma formação de combate centrada em tropas de Fuzileiros Navais, estabelecida para realizar uma missão específica. É organizada segundo um modelo de componentes e agrupa seus elementos de acordo com o tipo de tarefas que desempenham. (Brasil, 2020)



Fonte: Plano Estratégico da Marinha

4.2.2 Meios navais, mobilidade estratégica e projeção de poder

A capacidade de projeção de poder do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) é indissociável dos meios navais da Marinha do Brasil, que lhe conferem mobilidade e sustentação para atuar distintos ambientes estratégicos. A singular geografia do país, com seus milhares de quilômetros de costa na chamada Amazônia Azul e a vasta rede de rios da Amazônia Verde, impõe a necessidade de uma força naval capaz de operar, com eficiência, no oceano aberto e no complexo ambiente fluvial. Essa exigência é um pilar da Estratégia Nacional de Defesa, que preconiza a negação do uso do mar a qualquer adversário e o controle sobre as áreas estratégicas de fronteira (Brasil, 2020b, p. 33, 47).

No ambiente marítimo, a capacidade de realizar Operação Anfíbia (OpAnf) é a principal expressão do poder naval expedicionário.

“A Op Anf é uma operação de projeção de poder, de caráter naval, realizada pelo conjugado ForTarAnf - Força de Desembarque (For Dbq), lançada do mar sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, para cumprir missão designada. O desembarque é executado por meios de superfície e/ou aeronavais, podendo ser complementado por transporte marítimo ou aéreo para portos e aeroportos. O apoio logístico à For Dbq é, basicamente, proveniente dos navios da ForTarAnf, podendo ser, caso necessário,

complementado por transporte marítimo ou aéreo, este último com a opção de lançamento de cargas por paraquedas. Na Op Anf, o mar é utilizado como espaço de manobra da ForTarAnf, seja no nível tático ou mesmo operacional. É conhecida como a mais complexa das operações militares devido à diversidade de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, podendo incluir ainda meios das outras FS, o que requer grande coordenação e sincronização das ações para a sua execução.” (Brasil, 2020d, p. 15)

A Marinha do Brasil dispõe de navios projetados para essa finalidade, o núcleo dessa força é centrado no Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico, que atua como navio capitânia (Marinha do Brasil, 2018), esse e outros meios navais e aeronavais permitem o transporte de tropas, viaturas blindadas, helicópteros e embarcações de desembarque (IISS, 2024, p. 418).

Tabela 1 – Principais Meios da Marinha do Brasil e suas Finalidades

CATEGORIA	CLASSE/TIPO	NOME/INDICATIVO	FINALIDADE
Meios da Esquadra	Navio-Aeródromo Multipropósito	A140 - Atlântico	Operar aeronaves, comandar Forças Navais e realizar Operações Anfíbias e de ajuda humanitária
Meios da Esquadra	Fragata (Classe Niterói)	F41 – Defensora	Localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos; escoltar comboios navais
Meios da Esquadra	Fragata (Classe Niterói)	F42 - Constituição	Localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos; escoltar comboios navais
Meios da Esquadra	Fragata (Classe Niterói)	F43 – Liberal	Localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos; escoltar comboios navais
Meios da Esquadra	Fragata (Classe Niterói)	F44 - Independência	Localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos; escoltar comboios navais
Meios da Esquadra	Fragata (Classe Niterói)	F45 – União	Localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos; escoltar comboios navais
Meios da Esquadra	Navio Doca Multipropósito	G40 - Bahia	Transportar e desembarcar tropas de Fuzileiros Navais,

			viaturas, equipamentos e operar helicópteros
Meios da Esquadra	Navio de Desembarque de Carros de Combate	G25 - Almirante Saboia	Transportar e desembarcar tropas, viaturas e material diretamente nas praias durante operações anfíbias
Meios da Esquadra	Navio Tanque	G23 - Almirante Gastão Motta	Prover apoio logístico com combustível e outros suprimentos para estender a permanência da Esquadra no mar
Meios da Esquadra	Submarino (Classe Riachuelo)	S40 - Riachuelo, S41 - Humaitá	Negação do uso do mar, ataque a alvos navais e terrestres, coleta de informações e patrulha
Meios da Esquadra	Submarino (Classe Tupi)	S30 - Tupi, S31 - Tamoio, S32 - Timbira, S33 - Tapajó	Negação do uso do mar, ataque a alvos navais, coleta de informações e patrulha
Meios de Socorro	Navio de Socorro Submarino	K120 - Guillobel	Resgate de tripulações de submarinos em profundidade e apoio a atividades de mergulho
Meios da Esquadra	Embarcação de Desembarque de Carga Geral	L10 - Guarapari, L11 - Tambaú, L12 - Camboriú	Transportar cargas e viaturas do navio para a praia durante o assalto anfibio
Meios da Esquadra	Aviso de Apoio Costeiro	U30 - Almirante Hess	Apoio logístico a instalações em ilhas oceânicas, patrulha costeira e apoio a mergulho
Meios Distritais	Navio-Patrulha Oceânico	P120 - Amazonas, P121 - Apa, P122 - Araguari	Vigilância e fiscalização das Águas Jurisdicionais Brasileiras (Amazônia Azul), busca e salvamento
Meios Distritais	Navio de Apoio Oceânico (Classe Mearim)	G150 - Mearim, G151 - Iguatemi, G152 - Purus	Reboque, socorro, busca e salvamento e apoio logístico a outros navios no mar
Meios Distritais	Corveta (Classe Imperial Marinheiro)	V19 – Caboclo	Patrulha naval, fiscalização de águas territoriais e presença naval em apoio a distritos navais
Meios Distritais	Navio de Assistência Hospitalar	U16 - Doutor Montenegro, U18 - Oswaldo Cruz, U19 - Carlos Chagas, U21 - Soares de Meirelles, U28 - Tenente Maximiano	Levar atendimento de saúde (médico e odontológico) a populações ribeirinhas isoladas

Meios Distritais	Monitor	U17 - Parnaíba	Patrulha, controle de área fluvial e apoio de fogo em operações ribeirinhas no Pantanal
Meios Distritais	Navio-Transporte Fluvial	G15 - Paraguassu, G16 - Alte. Leverger	Transporte de tropas e material em apoio a operações nos rios da Bacia Amazônica e do Paraguai
Meios Distritais	Navio de Apoio Logístico Fluvial	G17 - Potengi	Prover apoio logístico, como combustível e água, para as flotilhas em operações nos rios
Meios Distritais	Navio Hidroceanográfico Fluvial	H10 - Rio Branco, H12 - Rio Tocantins, H13 - Rio Xingu, H14 - "Rio Solimões, H15 - Rio Negro	Realizar levantamentos hidrográficos para atualização de cartas náuticas fluviais
Meios de Pesquisa	Navio Polar	H41 - Almirante Maximiano	Apoio logístico e científico ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)
Meios de Pesquisa	Navio de Apoio Oceanográfico	H44 - Ary Rongel	Apoio logístico e científico ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)
Meios de Pesquisa	Navio Oceanográfico	H40 – Antares	Realizar levantamentos oceanográficos para pesquisa e apoio às operações navais
Meios de Pesquisa	Navio Hidroceanográfico Faroleiro	H34 - Almirante Graça Aranha	Realizar levantamentos hidrográficos e dar manutenção a faróis e boias para a segurança da navegação
Meios de Instrução	Navio-Escola	U27 - Brasil	Realizar a instrução prática de marinharia e navegação dos futuros oficiais da Marinha
Meios de Instrução	Navio-Veleiro	U20 - Cisne Branco	Exercer funções diplomáticas e de relações públicas em eventos náuticos nacionais e internacionais
Meios de Instrução	Aviso de Instrução	U22 - Guarda-Marinha Jansen, U23 - Guarda-Marinha Brito	Adestramento prático de marinharia e navegação para Aspirantes da Escola Naval
Aeronaves	Caça e Ataque	AF-1/1A Skyhawk	Interceptação e ataque a alvos aéreos para defesa aérea da Esquadra

Aeronaves	Transporte e Logística Aérea	KC-2 Trader	Transporte de pessoal e carga entre navios e entre navio e terra (logística aérea)
Aeronaves	Esclarecimento	SH-16 Seahawk	Aeronave de alerta antecipado, vigilância e esclarecimento para a Esquadra
Aeronaves	Antissubmarino	MH-16 Seahawk	Guerra antissubmarino (ASW) e guerra de superfície (ASuW)
Aeronaves	Emprego Geral	UH-15/15A Super Cougar, UH-17 Super Cougar	Transporte de tropas, busca e salvamento, evacuação aeromédica e missões de emprego geral
Aeronaves	Instrução	IH-6B Bell Jet Ranger II/III, UH-12/13 Esquilo	Instrução básica de voo para pilotos da Aviação Naval
Corpo de Fuzileiros Navais	Viatura Blindada Sobre Lagartas	CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio)	Movimento navio-para-terra e operações subsequentes em terra com proteção blindada
Corpo de Fuzileiros Navais	Viatura Blindada Sobre Rodas	Piranha (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal)	Transporte de pelotões de Fuzileiros Navais em combate com proteção blindada e alta mobilidade
Corpo de Fuzileiros Navais	Viatura Blindada Leve Sobre Rodas	JLTV (Joint Light Tactical Vehicle)	Reconhecimento, segurança e ligação para tropas de Fuzileiros Navais com alta mobilidade
Corpo de Fuzileiros Navais	Artilharia Autopropulsada	M109 A5+ (Obuseiro Autopropulsado)	Apoio de fogo de artilharia indireta às unidades de manobra do Corpo de Fuzileiros Navais

Fonte: Adaptado de Marinha do Brasil (2024).

De forma complementar e igualmente vital, a projeção de poder na Amazônia se materializa nas Operações Ribeirinhas. Para esta tarefa, a Marinha opera uma expressiva frota de embarcações de patrulha e combate em ambientes ribeirinhos (IISS, 2024, p. 418). Essa frota é fundamental para as Operações Ribeirinhas na Amazônia, servindo de plataforma para os Batalhões de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), unidades de Fuzileiros Navais altamente especializadas no combate nesse ambiente. Essa presença nos rios é um pilar para a afirmação da soberania brasileira e para a repressão de ilícitos nessa complexa região de fronteira.

Essas possibilidades proporcionam ao Brasil uma notável mobilidade estratégica, que vai além da simples capacidade de deslocamento. Ela representa a flexibilidade de aplicar o poder militar de forma precisa e proporcional à crise, como um instrumento da política, como ensina Clausewitz (2007). No contexto da crise do Essequibo, isso se traduz em um leque de opções que vai desde o posicionamento de uma força anfíbia como sinalização estratégica no Atlântico, até o emprego cirúrgico em ambientes ribeirinhos para garantir o controle e a estabilidade em rios fronteiriços. É a materialização da capacidade de "Projetar Poder" (Brasil, 2023, p. 2-13), reforçando o papel do Brasil como principal fiador da segurança e da paz na América do Sul.

4.2.3 Capacitação em ambientes de selva e litoral amazônico

A eficácia de uma força militar não reside apenas em seus equipamentos, mas em sua profunda adaptação ao ambiente em que se pretende operar. Para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), o adestramento específico para os complexos biomas brasileiros é um pilar de sua prontidão operativa, com destaque para a selva e os rios da Amazônia. Essa preparação atende a uma diretriz clara dos Fundamentos Doutrinários da Marinha, que estabelece a necessidade de adestramento das tripulações dos navios e das tropas de Fuzileiros Navais para as operações ribeirinhas e em áreas de selva.

“A compreensão desses ambientes operacionais é fundamental para identificar as condições necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos, evitar efeitos indesejados que possam dificultar o cumprimento de missões, e avaliar o impacto dos atores envolvidos no progresso das ações para alcançar um estado final desejado.” (Brasil, 2023, p. 15)

A máxima expressão dessa capacidade é materializada sobretudo nos Batalhões de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), sediados em Manaus e em Belém. Essas organizações militares são concebidas para serem a ponta de lança da Marinha no coração da Amazônia. Seus militares são submetidos a um rigoroso processo de seleção e treinamento, com cursos especiais que os habilitam em técnicas de sobrevivência na selva, navegação fluvial, assalto ribeirinho e combate em ambiente de floresta tropical (Marinha do Brasil, 2017). Essa especialização é crucial, pois qualquer cenário de crise na fronteira norte, como a do Essequibo, invariavelmente

envolverá o controle de vias fluviais estratégicas, a proteção de comunidades ou a interdição de atividades ilícitas, missões para as quais os BtlOpRib são constantemente preparados.

Além dessas unidades, todo o CFN passa por rigorosos programas de adestramento que incluem operações em áreas de selva e litoral. Exercícios anuais, como a Operação Ribeirex, na Amazônia, e a Operação Formosa, no planalto central, mantêm a tropa em alto grau de prontidão e familiaridade com os desafios impostos por esses terrenos (Defesa.Net, 2023). Esse preparo técnico-operacional confere ao CFN uma capacitação estratégica que reforça a dissuasão em áreas como o estado de Roraima e a fronteira norte.

4.3 Inserção do CFN na Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece que a dissuasão é muito relevante para a postura estratégica do Brasil. A dissuasão "configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões" (Brasil, 2020b, p. 37). Ela não se baseia apenas na existência de forças militares, mas na percepção, por parte de um potencial adversário, de que o custo de uma agressão será maior do que qualquer benefício que se possa obter. Para ser crível, a dissuasão requer capacidades militares prontas, flexíveis e visíveis.

4.3.1 O papel do CFN como instrumento dissuasório brasileiro

No contexto da crise do Essequibo, a dissuasão brasileira ganha um componente singular com o emprego do Poder Anfíbio, cuja doutrina está consolidada no Manual de Operações Anfíbias. O documento define que “a Operação Anfíbia é uma operação de projeção de poder, de caráter naval, realizada pelo conjugado Força-Tarefa Anfíbia e Força de Desembarque, lançada do mar sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, para cumprir missão designada” (Brasil, 2020d, p. 15). Esse conceito explicita a versatilidade das tropas anfíbias, capazes de atuar como instrumento estratégico de dissuasão, oferecendo ao Estado brasileiro a capacidade de intervir em cenários de crise e projetar poder de forma flexível e expeditória.

Essa versatilidade está em consonância com os Fundamentos Doutrinários da Marinha, que definem a tarefa básica de “Projetar Poder” como o conjunto de operações destinadas a

empregar o Poder Naval em território estrangeiro, área sob influência externa ou mesmo no território nacional (Brasil, 2023, p. 2-13). Essa doutrina deixa claro que a dissuasão não se resume à força bruta, mas combina presença simbólica, capacidade real de ação e flexibilidade para operar em múltiplos eixos, de forma independente ou em conjunto com as demais Forças.

4.3.2 Projeção de Poder e Operações Militares

O conceito de projeção de poder é a espinha dorsal da doutrina anfíbia. Em sua essência, trata-se da capacidade de empregar o Poder Naval para levar a influência do Estado a territórios distantes ou áreas de interesse estratégico, sejam elas em solo estrangeiro ou dentro das próprias fronteiras nacionais (Marinha do Brasil, 2023, p. 34, 38, 39). No contexto da crise do Essequibo, essa capacidade ganha uma relevância ímpar, pois permite ao Brasil demonstrar sua força e seus interesses em pontos de difícil acesso, como a sensível fronteira amazônica com a Venezuela e a Guiana.

O principal instrumento para materializar essa projeção é o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Sua prontidão para missões expedicionárias, como desembarque de tropas, evacuação de não combatentes e cooperação com forças aliadas, é constantemente testada e aprimorada. Essas operações possuem um valor que transcende o tático; elas são uma mensagem clara, um símbolo do poder e da determinação do Brasil perante os atores regionais e extrarregionais (Marinha do Brasil, 2023, p. 17, 18) (Marinha do Brasil, 2020a, p. 31). A Operação Ágata, por exemplo, é uma das maiores operações interagências coordenadas pelo Ministério da Defesa na faixa de fronteira, e a participação dos Fuzileiros Navais é constante e decisiva. Nela, os Grupamentos Operativos Ribeirinhos atuam no combate a crimes transfronteiriços e ambientais, patrulhando os rios e estabelecendo o controle de áreas nevrálgicas da Amazônia. (Marinha do Brasil, 2025)

Contudo, é um equívoco pensar na projeção de poder apenas como sinônimo de combate. Seu verdadeiro valor estratégico reside na amplitude de seu espectro de emprego, permitindo ao Estado gerenciar crises sem a necessidade de um confronto direto. O CFN é especialmente talhado para o que a Estratégia Nacional de Defesa chama de "atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas" (Brasil, 2020b, p. 51). Mais recentemente, a Operação Catrimani II, deflagrada em apoio à Casa de Governo e Segurança em Roraima, evidenciou a capacidade de resposta rápida do CFN a crises humanitárias e de segurança. Nessa

operação, Fuzileiros Navais do Batalhão de Operações Ribeirinhas foram desdobrados para prover a segurança das equipes da FUNAI e da Polícia Federal e para restabelecer a presença do Estado em território Yanomami, demonstrando na prática a flexibilidade da força para atuar em missões complexas que demandam muito mais do que o simples poder de fogo (Marinha do Brasil, 2024). A capacidade de transitar de um exercício de adestramento para uma operação real de garantia da lei ou de apoio humanitário é o que valida o CFN como uma força estratégica, alinhada à Estratégia Nacional de Defesa, que afirma “A capacidade de dissuasão, que consiste não só na disponibilidade e prontidão de meios militares adequados, como também da capacitação do seu pessoal, é uma ferramenta da diplomacia” (Brasil, 2020b, p. 37).

Em um cenário de instabilidade na fronteira, como o do Essequibo, o Poder Anfíbio oferece ao Brasil um leque de opções calibradas, que não implicam necessariamente uma ofensiva militar, mas que servem para estabilizar a situação e proteger os interesses nacionais, como em uma evacuação de não combatentes, compreendida na modalidade Projeção Anfíbia (PrjçAnf) (Brasil, 2020d, p. 17), que consiste na retirada segura de cidadãos brasileiros ou de outras nacionalidades de uma área de crise ou na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em caso de transbordamento da crise, com reflexos em território nacional, o CFN pode ser empregado em áreas costeiras ou ribeirinhas para restaurar a ordem e a segurança, uma de suas missões previstas na estrutura de defesa do país (Marinha do Brasil, 2023, p. 29).

A capacidade de executar essas diversas missões de forma rápida e precisa é um poderoso instrumento de gestão de crises. Ela permite ao Estado brasileiro influenciar o desenrolar dos eventos, proteger seus cidadãos e seus interesses, e contribuir ativamente para a estabilidade regional, evitando o envolvimento em um conflito custoso e prolongado.

4.3.3 A presença militar como instrumento de estabilidade regional

A movimentação de tropas e meios para o norte do país não deve ser interpretada como um gesto de intimidação ou provocação aos vizinhos. Pelo contrário, ela se alinha a uma longa tradição da política externa brasileira que privilegia o diálogo e a solução pacífica das controvérsias, projetando o Brasil como uma potência responsável e um pilar de estabilidade em seu entorno estratégico (Brasil, 2020e, p. 25). A atuação contínua das Forças Armadas na Operação Acolhida, uma força-tarefa logística e humanitária de caráter conjunto e interagências, coordenada pelo Ministério da Defesa para prestar assistência emergencial na

fronteira com a Venezuela, é a prova material desse compromisso (Ministério da Defesa, 2023). Essa operação reforça o caráter estabilizador da presença militar brasileira na fronteira. Nesse delicado equilíbrio, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) emerge como uma das ferramentas mais eficazes à disposição do Estado, capaz de sinalizar um forte comprometimento com a paz regional sem adotar uma postura abertamente ofensiva.

Em última análise, a maior contribuição do Poder Anfíbio para a crise do Essequibo talvez não resida em seu emprego efetivo em combate, mas na sua simples existência e prontidão. A percepção, por parte dos atores regionais, de que o Brasil possui uma força expedicionária, autossuficiente e capaz de atuar de forma decisiva em qualquer ponto de seu entorno estratégico é, por si só, um poderoso fator de estabilização (Brasil, 2020b, p. 37). Essa capacidade de dissuasão crível foi demonstrada de forma inequívoca na Operação Atlas, um exercício coordenado pelo Ministério da Defesa que representou um dos maiores deslocamentos estratégicos já realizados pelas Forças Armadas. Na ocasião, a Marinha, em conjunto com o Exército e a Força Aérea, mobilizou milhares de militares, com centenas de viaturas e aeronaves, desde o Rio de Janeiro até o coração do Brasil e, subsequentemente, para a Amazônia. Este exercício validou na prática a "capacidade de projeção de Poder Naval enquanto vetor de soberania e de dissuasão do País", ao testar a mobilidade e a autonomia logística para concentrar uma Força Conjunta a milhares de quilômetros de suas bases originais (Ministério da Defesa, 2024). A operação reforçou a mensagem de que a capacidade de resposta do Brasil não se limita às tropas já estacionadas na região, mas pode ser rapidamente amplificada por um esforço integrado de todas as Forças.

Uma Marinha com uma força anfíbia robusta e pronta para o emprego aumenta o peso diplomático do país, conferindo maior respaldo e seriedade às suas iniciativas de mediação. Afinal, a eficácia da diplomacia está, muitas vezes, diretamente condicionada à existência de uma capacidade militar que a sustente (Marinha do Brasil, 2020a, p.38). Como argumenta o célebre estrategista Carl von Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios; contudo, é a existência de meios militares eficazes que, frequentemente, permite que a política prevaleça sem o custoso recurso à guerra.

Dessa forma, a presença de uma força como o Corpo de Fuzileiros Navais, pronta para ser projetada para onde for necessário, funciona como um lembrete constante de que a estabilidade na América do Sul é um interesse vital para o Brasil, e que o país possui os instrumentos necessários para defendê-la (Brasil, 2020b, p. 33).

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa partiu de uma constatação fundamental: a paz na América do Sul, embora seja uma valiosa construção histórica, não é um dado permanente, mas um equilíbrio estratégico que demanda vigilância e, quando necessário, a demonstração de capacidades. A reativação da disputa centenária pelo Essequibo, catalisada pela geopolítica do petróleo, representa hoje o mais nítido desafio a essa estabilidade, impondo ao Brasil, por sua posição geográfica e estatura regional, o papel inadiável de fiador da segurança em seu entorno estratégico. A questão central que norteou este estudo foi investigar como um instrumento específico do Poder Nacional, o Poder Anfíbio, materializado pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil, poderia contribuir para a dissuasão e a manutenção da estabilidade nesse cenário complexo.

A análise demonstrou, inicialmente, que a crise do Essequibo transcende a retórica de mapas antigos. Trata-se de um foco de tensão com implicações diretas e graves para a segurança do Brasil, que vão desde o risco de uma crise humanitária de refugiados em Roraima até o fortalecimento do crime organizado na porosa fronteira amazônica e, de forma mais alarmante, a legitimação de uma presença militar de potências extrarregionais no coração do subcontinente. A defesa da Amazônia, pilar da Estratégia Nacional de Defesa, vê-se, portanto, diretamente ameaçada não por uma invasão, mas pelo transbordamento da instabilidade.

Ao mergulhar na doutrina e nas capacidades do Poder Anfíbio brasileiro, o trabalho revelou que sua maior contribuição estratégica não reside na perspectiva de um emprego em combate convencional, mas na versatilidade que oferece ao Estado. O CFN, como força expedicionária, de pronto emprego e modular, representa um leque de opções calibradas que se encaixam precisamente nos desafios de uma crise de "zona cinzenta". A capacidade de realizar, com uma gama de operações e tarefas, com eficiência, confere ao Brasil um instrumento de gestão de crises de ampla flexibilidade. Operações reais, como a Ágata e a Catrimani II, servem como prova da proficiência do CFN em ambientes complexos como a Amazônia, validando sua doutrina e seu adestramento.

Conclui-se, portanto, que o Poder Anfíbio brasileiro, no contexto da crise do Essequibo, funciona como um multiplicador do poder diplomático do país. A simples existência de uma força crível, autossuficiente e capaz de ser projetada para qualquer ponto do litoral ou das bacias fluviais do entorno estratégico altera o cálculo de qualquer potencial agressor. A dissuasão,

neste caso, não é uma ameaça velada, mas a clara sinalização de que a estabilidade regional é um interesse vital para o Brasil e que o país possui os meios para defendê-la. A prontidão do Corpo de Fuzileiros Navais, alinhada à Estratégia Nacional de Defesa, permite que a diplomacia brasileira atue com o respaldo de uma capacidade militar que não precisa ser empregada para ser eficaz.

Em última instância, este trabalho buscou demonstrar que a resposta brasileira a um dos mais sérios desafios de sua política externa contemporânea não se esgota na presença de tropas terrestres na fronteira ou nas notas diplomáticas do Itamaraty. Ela se completa com a dimensão marítima e fluvial do poder, onde a capacidade de chegar pelo mar ou pelos rios para influenciar os acontecimentos em terra representa um trunfo estratégico. O Poder Anfíbio, portanto, afirma-se como uma ferramenta essencial não para fazer a guerra, mas para preservar a paz, garantindo que a política possa prevalecer sem a necessidade de recorrer a outros meios.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. Exército reforça fronteira com Venezuela e Guiana. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/defesa/noticia/2023-11/exercito-reforca-fronteira-com-venezuela-e-guiana>. Acesso em: 5 out. 2025.

Aguiar, Paloma Silva de Oliveira. **Essequibo em foco**: um estudo de caso de um Contencioso Sul-americano. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

BBC News. **Brasil diz que Mercosul não pode ignorar impasse sobre Essequibo**. 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72re22k2weo>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Becker, Bertha K. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

Bethell, L. Notas sobre a história da disputa de fronteira Venezuela/Guiana. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S. l.], n. 9, p. 156–175, 2024.

Brasil. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-301: Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)**. 1. ed. Brasília, DF: EMA, 2023.

Brasil. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: EMA, 2020a.

Brasil. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020b.

Brasil. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020c.

Brasil. Ministério da Defesa. **Manual de Operações Anfíbias**. Brasília, DF: MD, 2020d. MD33-M-14.

Brasil. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020e.

Carvalho, Elizabeth Santos de et al. **O barão do Rio Branco**: histórias inacabadas. 2024.

Clausewitz, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

da Costa, Wanderley Messias; VASCONCELOS, Daniel Bruno. **Geografia e Geopolítica da América do Sul**. São Paulo, 2019.

de Barros, Renata Corrêa. **Geopolítica e fronteira oeste**: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. Curitiba: Appris, 2021.

de Toma-García, Ricardo Salvador. **Do Laudo Arbitral de Paris de 1899 à Corte Internacional de Justiça**: transições nos processos adotados na questão do Essequibo entre a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

de Toma-García, Ricardo Salvador. **Os interesses geopolíticos do Brasil na Guiana Essequiba**: três períodos-chaves na compreensão da posição brasileira diante da reclamação territorial empreendida pela Venezuela ante a Guiana. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

Defesa.Net. **Operação Formosa 2023 – CFN Demonstra o Estado da Arte**. 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/49520/Operacao-Formosa-2023---CFN-Demonstra-o-Estado-da-Arte/>. Acesso em: 5 out. 2025.

Donís Ríos, Manuel Alberto (comp.). **El Reclamo Essequibo**: Un compromiso nacional vigente ante la historia y la justicia. Caracas: abediciones, 2021.

ExxonMobil. **Guyana**. 2023. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Gallup, John Luke. **Geografia é destino?**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2024**. London: IISS, 2024.

Lemos Silva, Claudia Carolina. A influência da China e dos Estados Unidos no setor petrolífero Venezuelano. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2020.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

Marinha do Brasil. Agência Marinha de Notícias. **Marinha apoia Operação “Catrimani II” em Roraima**. Brasília, DF, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.agenciamarinha.mar.mil.br/agencia-marinha/marinha-apoia-operacao-catrimani-ii-em-roraima>. Acesso em: 24 set. 2025.

Marinha do Brasil. Agência Marinha de Notícias. **Operação Ágata-Guatu 2024: Forças Armadas reforçam segurança na Bacia do Rio Paraná**. 27 ago. 2024. Disponível em: <https://www.agenciamarinha.mar.mil.br/defesa-naval/operacao-agata-guatu-2024-forcas-armadas-reforcaram-seguranca-na-bacia-do-rio-parana>. Acesso em: 5 out. 2025.

Marinha do Brasil. **Meios**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/meios>. Acesso em: 5 out. 2025.

Marinha do Brasil. **Navio-Aeródromo Multipropósito "Atlântico"**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/meios-navais/navio-aerodromo-multiproposito>. Acesso em: 14 set. 2025.

Marinha do Brasil. **Nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil**. Manaus: Comando do 9º Distrito Naval, 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/sites/www.marinha.mil.br.com9dn/files/Nova%20Visao%20Marinha%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

Medeiros, Marcelo de Almeida. A Rivalidade Construtiva: Competição e Cooperação na Relação entre Brasil e Argentina. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 25-50, jul./dez. 2000.

MEIRA Mattos, Carlos de. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

Ministério da Defesa. **Operação Acolhida**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-acolhida>. Acesso em: 5 out. 2025.

Ministério da Defesa. **Operação Atlas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/copy_of_exercicios-militares/operacao-atlas. Acesso em: 5 out. 2025.

Motta, Matheus Cordeiro; Menon, Gustavo. Essequibo, Venezuela e o Petróleo: uma disputa territorial com implicações para a integração energética na América Latina. **Direito, Processo e Cidadania**, Recife, v. 3, n. 3, p. 100-117, set./dez., 2024.

Nascimento, Mário Brasil do. Análise da conjuntura de tensão entre Venezuela e Guiana. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2024.

Pamplona, João Batista; Cacciamali, Maria Cristina. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 129-159, 2018.

PROENÇA, Tarcilo de Arruda. **Segurança e Defesa: a expressão militar do poder nacional como elo no fortalecimento da integração sul-americana**. 2018. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

Reyes Ramírez, Rocío de los. Esequibo: ¿botín oculto o campo de batalla entre Venezuela y Guyana?. **Documento de Análisis IEEE**, n. 30/2025, p. 1-38, 29 abr. 2025.

Silva, Marcus Vinicius Gonçalves da. **A disputa por Essequibo**: perspectivas e impactos de um potencial conflito na América do Sul. ResearchGate, [S. l.], p. 1-25, out. 2024.

Vellame, Jorge Nerie. Operação anfíbia: é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no século XXI?. 2014. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.